

# RELATÓRIO

*DE* Ministério do Desenvolvimento, Indústria,  
Comércio e Serviços (MDIC)

# GESTÃO INTEGRADO

2025



# ROL DE RESPONSÁVEIS EM 2025

## **Ministro de Estado**

Geraldo Jose Rodrigues Alckmin Filho

## **Secretaria-Executiva**

Marcio Fernando Elias Rosa

## **Secretaria-Executiva Adjunta**

Aline Damasceno Ferreira Schleicher

## **Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX)**

Rodrigo Zerbone Loureiro

## **Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (SE-CNDI)**

Uallace Moreira Lima (substituto)

## **Secretaria-Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (SE-CZPE)**

Fabio Pucci Martins

## **Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)**

Tatiana Lacerda Prazeres

## **Secretaria de Competitividade e Política Regulatória (SCPR)**

Pedro Ivo Sebba Ramalho

## **Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços (SDIC)**

Uallace Moreira Lima

## **Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV)**

Julia Cortez da Cunha Cruz

Expediente baseado no [rol de responsáveis do MDIC em 2025](#), conforme a Instrução Normativa TCU – Nº 84/2020, art.7º.

**Brasília, março de 2025**

Esplanada dos Ministérios, Bloco J

Zona Cívico-Administrativa, Brasília DF



## MENSAGEM DO MINISTRO

O ano de 2025 foi marcado por um cenário global desafiador e por uma intensa agenda nacional de modernização produtiva. Nesse contexto, o MDIC atuou para fortalecer a indústria, ampliar a competitividade e qualificar a atuação do Brasil no comércio internacional, alinhado à busca do Governo Federal por crescimento sustentável, inclusivo e com redução de desigualdades.

Entre os resultados de maior relevância, destaca-se, o desempenho econômico associado à retomada da dinâmica industrial. Em 2025, a indústria brasileira registrou **crescimento de 3,1%**, com destaque para a **indústria de transformação (3,8%)**, alcançando o melhor resultado desde 2010. **Setores de alta tecnologia avançaram (6,6%)** e as **exportações de alta tecnologia cresceram (11,5%)**. Houve **expansão do consumo de bens duráveis (10,6%)** e do **investimento produtivo em bens de capital (9,1%)**. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu **7,3%**, elevando a taxa de investimento para 17% do PIB, com **reflexos positivos também no PIB per capita (3%)**.

No eixo da neointustrialização e do ambiente de negócios, o MDIC avançou em 2025 na consolidação da **Nova Indústria Brasil (NIB)** como política estruturante para a modernização do parque produtivo nacional, orientando ações voltadas a inovação, sustentabilidade, aumento de produtividade e geração de empregos de qualidade. Com governança pactuada no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), a NIB deu escala e direção aos instrumentos de apoio ao investimento e à competitividade, com destaque para o **Plano Mais Produção**, que prevê R\$ 643,3 bilhões (2023–2026) e registrou R\$ 112 bilhões contratados no primeiro semestre de 2025, ao mesmo tempo em que impulsionou a modernização tecnológica e a transformação digital de empresas, favoreceu a renovação de máquinas e equipamentos e fortaleceu cadeias industriais estratégicas. Esse esforço também se conectou à agenda

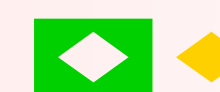
de tecnologias críticas e infraestrutura digital, incluindo a **Política Nacional de Datacenters (PNDC/REDATA)**, e à transição para uma **industrialização verde**, com iniciativas voltadas à **descarbonização**, à **economia circular** e à **bioeconomia**, reforçando uma trajetória de desenvolvimento produtivo mais competitivo, inovador e alinhado aos desafios do futuro.

No que tange ao comércio exterior, a transformação digital consolidou-se como uma entrega concreta de modernização do Estado. O **Portal Único de Comércio Exterior** avançou com soluções de alto impacto, como o módulo de Pagamento Centralizado (PCCE) da Anvisa, que **reduziu o tempo médio de compensação de taxas de até dois dias para cerca de cinco minutos**, e o módulo **CCT Aéreo**, que passou a concentrar cerca de **85% das importações por via aérea**, agilizando a liberação de mercadorias.

Ainda no cenário internacional, diante do agravamento de barreiras comerciais impostas ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos da América, o MDIC atuou na estruturação e implementação do **Plano Brasil Soberano** como resposta coordenada para proteger a capacidade produtiva, preservar empregos e sustentar a competitividade das exportações brasileiras. Organizado em três eixos — fortalecimento do setor produtivo, proteção aos trabalhadores e diplomacia comercial e multilateralismo —, o Plano reuniu medidas concretas, como a oferta de **R\$ 40 bilhões em linhas de crédito** com juros subsidiados (R\$ 30 bilhões via FGE e R\$ 10 bilhões via BNDES), iniciativas de alívio tributário para empresas mais impactadas.

Estes resultados, entre outros detalhados neste Relatório, reafirmam a responsabilidade do MDIC de elevar a produtividade, acelerar a inovação, fortalecer cadeias estratégicas e ampliar a inserção internacional do Brasil, integrando política industrial, comércio exterior, instrumentos de financiamento e transformação digital sob uma perspectiva de industrialização verde, inovação tecnológica e inclusão produtiva.

GERALDO ALKMIN



**MINISTRO DE ESTADO**  
DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E  
SERVIÇOS

## 1. VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA

|   |    |
|---|----|
| 1.1 Identificação da unidade                      | 6  |
| 1.2 Áreas de competência                          | 7  |
| 1.3 Estrutura Organizacional                      | 8  |
| 1.4 Cadeia de Valor                               | 9  |
| 1.5 Planejamento Estratégico Institucional        | 10 |
| 1.6 Planejamento e Monitoramento do PPA 2024-2027 | 15 |
| 1.7 Estrutura de Governança                       | 21 |

## 2. RESULTADOS DA GESTÃO

|                           |    |
|---------------------------|----|
| 2.1 Indústria Exportadora | 26 |
| 2.2 Indústria Inovadora   | 32 |
| 2.3 Indústria Sustentável | 37 |
| 2.4 Indústria Competitiva | 41 |
| 2.5 Indústria Inclusiva   | 45 |

## 3. CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

|  |    |
|--|----|
| 3.1 Transparência                          | 48 |
| 3.2 Integridade e Combate à Corrupção      | 50 |
| 3.3 Gestão de Riscos                       | 51 |
| 3.4 Gestão de Pessoas                      | 53 |
| 3.5 Gestão de Licitações e Contratos       | 57 |
| 3.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura    | 58 |
| 3.7 Gestão da Tecnologia da Informação     | 59 |
| 3.8 Supervisão e Articulação Institucional | 60 |
| 3.9 Atuação junto ao Poder Legislativo     | 61 |

## 4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

|  |    |
|--|----|
| 4.1 Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil | 64 |
| 4.2 Informações Contábeis                      | 67 |

# VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA

# 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

SEGUNDO O ART. 3º, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil **garantir o desenvolvimento nacional**.

A fim de cumprir o mandamento constitucional, os referenciais estratégicos fundamentais que embasam as ações do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) estão definidos da seguinte forma:



## MISSÃO

Promover a inovação, a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e do comércio exterior, em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

## VISÃO

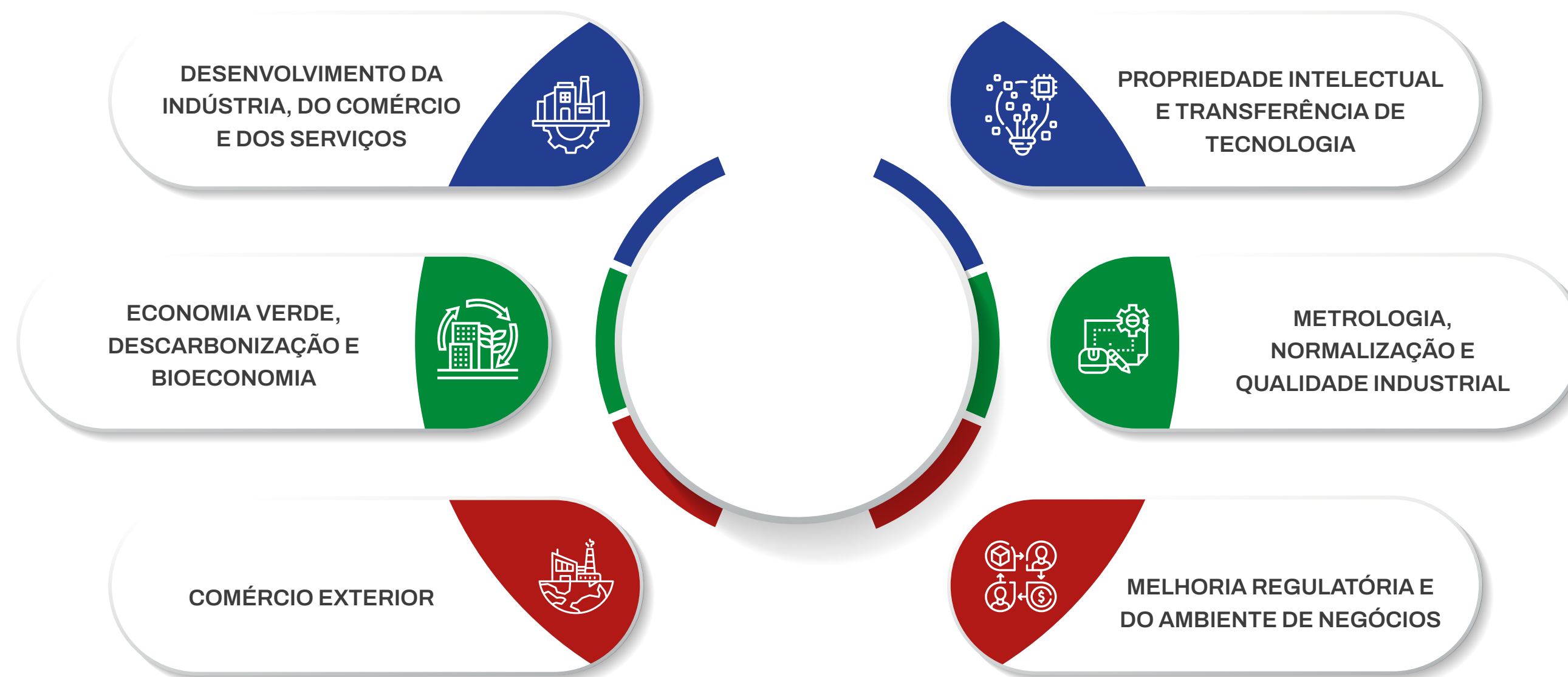
Ser reconhecido como protagonista na promoção do desenvolvimento sustentável, inovador, verde e inclusivo da indústria, do comércio, dos serviços e do comércio exterior.

## VALORES INSTITUCIONAIS

- Compromisso com o interesse público
- Visão de longo prazo
- Decisão baseada em evidências
- Transparência e comunicação
- Excelência na gestão e nas políticas públicas

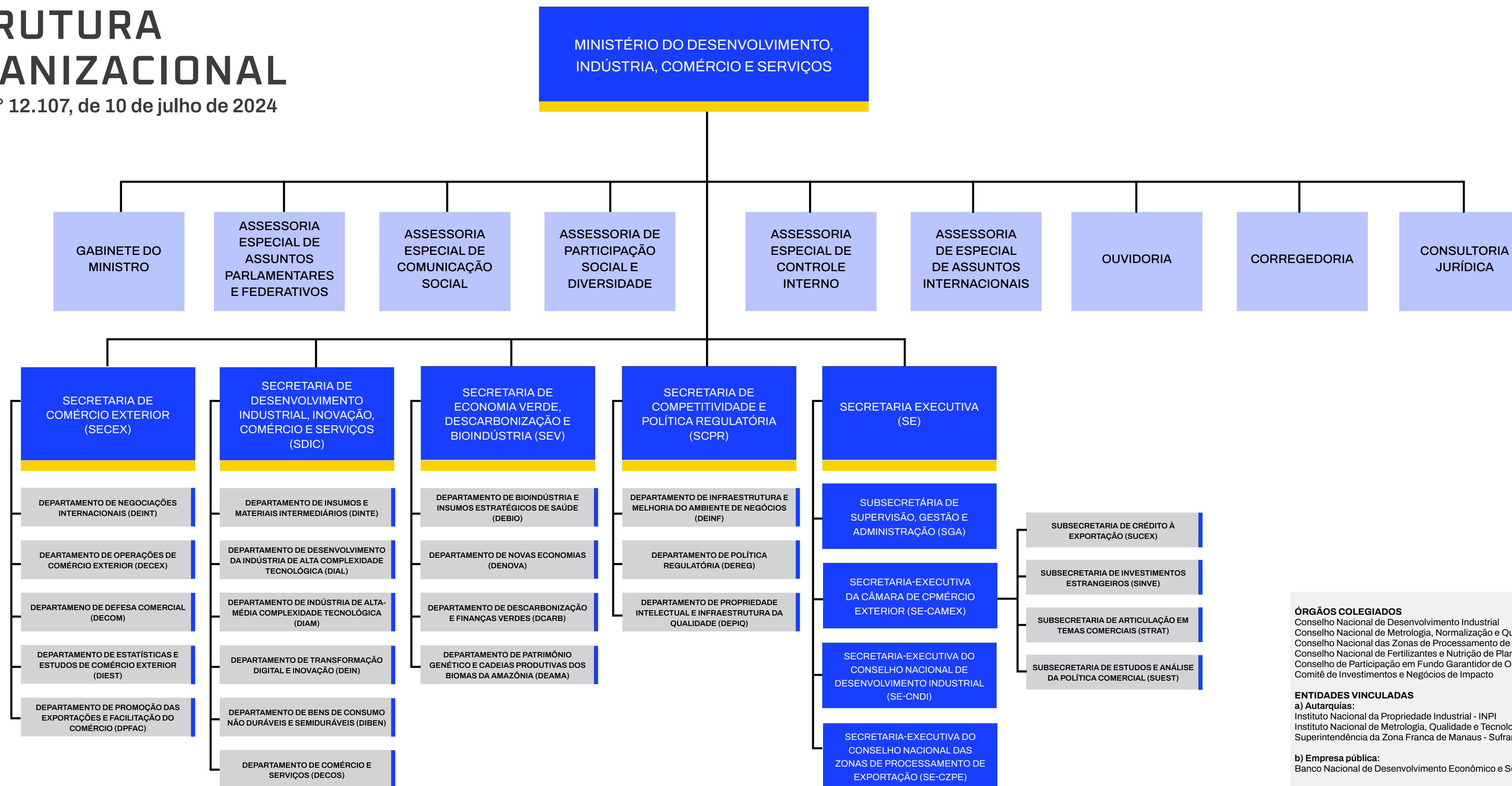
## 1.2 ÁREAS DE COMPETÊNCIA

O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC) é um órgão da Administração Pública Federal direta, responsável pelas seguintes **áreas de competência**, conforme art. 34 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e [Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023](#) (atualizado pelo [Decreto nº 12.107, de 10 de julho de 2024](#)).



# 1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Decreto nº 12.107, de 10 de julho de 2024



**ÓRGÃOS COLEGIADOS**  
 Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial  
 Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial  
 Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação  
 Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas  
 Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior  
 Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto

**ENTIDADES VINCULADAS**  
**a) Autarquias:**  
 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI  
 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro  
 Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa

**b) Empresa pública:**  
 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

# 1.4 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor constitui um instrumento fundamental de governança, orientando a organização institucional e sua estruturação em macroprocessos. Trata-se de uma ferramenta gráfica que representa esses macroprocessos como o conjunto de ações articuladas em uma sequência ponta-a-ponta, destinadas a gerar resultados para as partes interessadas.

No caso do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, responsável por promover a inovação, produtividade e competitividade da indústria, comércio, serviços e comércio exterior, os serviços prestados à sociedade decorrem diretamente desses macroprocessos.

A Cadeia de Valor do MDIC foi aprovada pela [Resolução CGE/MDIC nº 5, de 11 de janeiro de 2024](#) e está em conformidade com o artigo 15-A do [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), e com o artigo 3º da [Instrução Normativa nº24, de 18 de março de 2020](#).



A integração da Cadeia de Valor às principais linhas de atuação do MDIC, como exportação, inovação, sustentabilidade, competitividade e inclusão, refletem o compromisso do Ministério em direcionar esforços estratégicos atendimento às prioridades da indústria, do comércio e dos serviços.



O Ministério transforma recursos, competências e instrumentos governamentais em resultados concretos para a sociedade. O encadeamento desses macroprocessos representa a forma como o Ministério organiza suas atividades para alcançar seus objetivos e gerar valor público de maneira clara, integrada e eficiente.

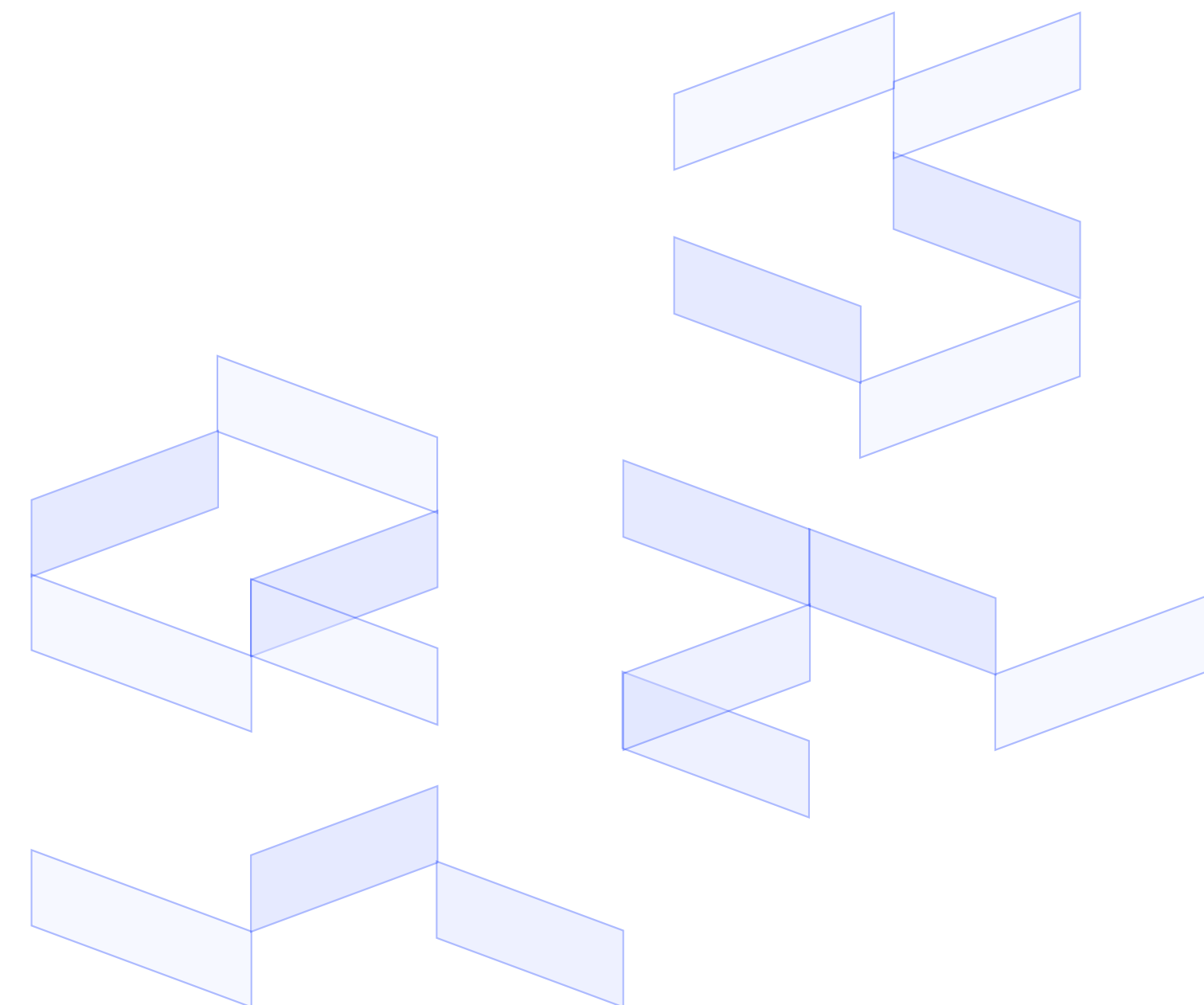
## 1.5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A estratégia do MDIC está definida no **Plano Estratégico Institucional MDIC 2023–2026 (PEI)**, documento vigente que orienta a atuação institucional e foi construído a partir da metodologia **Balanced Scorecard**, adaptada à realidade do setor público. O Plano, aprovado pela [Resolução nº 3/2023](#) do Comitê de Governança Estratégica (CGE), resultou de um processo participativo, envolvendo diferentes áreas e níveis organizacionais, garantindo representatividade e alinhamento às necessidades do Ministério.

Em 2025, o PEI passou por uma revisão participativa para alinhar a estratégia às transformações dos cenários interno e externo. A atualização preservou a identidade institucional e os objetivos estratégicos, mantendo a integridade do mapa estratégico. Os ajustes concentraram-se exclusivamente nos níveis tático e operacional, conforme a [Resolução do Comitê de Governança Estratégica nº 16/2026](#).

Paralelamente, o Ministério manteve, ao longo de 2025, um processo contínuo e estruturado de monitoramento da execução do Plano Estratégico, assegurando que todas as iniciativas avançassem de forma alinhada às prioridades institucionais. Esse trabalho envolveu o acompanhamento próximo das entregas pactuadas, a análise de indicadores, a identificação de riscos e a proposição de medidas corretivas

quando necessário. Além disso, foram oferecidos suporte técnico, metodológico e gerencial às áreas finalísticas, fortalecendo sua capacidade de planejamento, execução e reporte de resultados. Essa atuação integrada permitiu maior coerência entre ações táticas e objetivos estratégicos, promovendo agilidade na tomada de decisão e contribuindo diretamente para a consolidação dos resultados que serão detalhados ao longo deste relatório.



# MAPA ESTRATÉGICO DO MDIC 2023 A 2026



Os resultados associados aos Objetivos Estratégicos estão consolidados abaixo. Os **Resultados para a Sociedade** – presentes nos OEs 1 a 4 – podem ser consultados de forma detalhada na [Seção 2](#) deste Relatório.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

## RESULTADOS

**1. Promover a neointustrialização do país: indústria e serviços em novas bases sustentáveis e tecnológicas**

- Implementação do Programa de Depreciação Acelerada
- Fomento ao desenvolvimento da cadeia de semicondutores no Brasil
- Programa de incentivo aos serviços de base tecnológica: Data Centers e REDATA
- Incentivo à desburocratização, digitalização e industrialização da construção civil: Projeto Construa Brasil
- Revisão e implementação de instrumentos para fortalecimento produtivo e tecnológico do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS)
- Conclusão do lançamento das seis missões estratégicas da Nova Indústria Brasil
- Implementação e Operacionalização dos Grupos de Trabalho da Nova Indústria Brasil
- Elaboração e publicação do Relatório de monitoramento do Plano de Ação da NIB (2023-2024)

**2. Fomentar a economia verde e inclusiva**

- Plano Nacional de Economia Circular 2025-34 (PLANEC)
- Lançamento do Cadastro Nacional de Empreendimentos de Impacto (Cadimpacto) e do Portal Impacta Brasil
- Programa Selo Verde Brasil
- Criação da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBIO) e elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBIO)

**3. Promover o comércio exterior e ampliar a inserção internacional da economia brasileira**

- Aprovação para Criação de Nova Zona de Processamento de Exportação em Barcarena (PA)
- Autorização de Concessão de Regime Especial para 15 Novos Projetos Empresariais Exportadores de Grande Porte
- Avanços da Política de ZPE: Resultados Acumulados de 2023 a 2025
- Expansão das Atividades das ZPE e Investimentos Sustentáveis em Data Centers de Hiperescala
- Avanços em Transparência e Divulgação do Regime de ZPE
- Medidas de Alteração Tarifárias Concedidas
- Mandatos negociadores de acordos de comércio
- Decreto Janela Única de Investimentos

### 3. Promover o comércio exterior e ampliar a inserção internacional da economia brasileira

- Diretrizes do Mercosul para Empresas Multinacionais em Conduta Empresarial Responsável
- Sustentabilidade no comércio exterior (GTCS) – estudos e mapeamentos
- Governança de defesa comercial
- Resposta institucional a medidas comerciais unilaterais e acionamento do contencioso na OMC
- CAMEX360
- Defesa Comercial: Investigações e Aplicação de Medidas Antidumping
- Ampliação da Lista Nacional de Exceção à Tarifa Externa Comum (TEC)
- Acordo da Aladi para Produtos Cosméticos
- Programa Raízes Comex – Inclusão Racial no Comércio Exterior

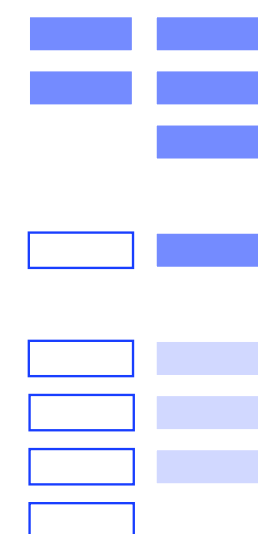
### 4. Promover a melhoria do ambiente de negócios e da regulação

- Portal da Regulação
- Concessão do Selo de Boas Práticas Regulatórias – 3ª Edição (2025)
- Índice de Capacidade Institucional para Regulação (I-CIR)
- Aprovação do Plano de Ação 2025-2027 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual
- Adesão ao Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Microrganismos para Fins de Patentes
- Publicação da Política de Preços do INPI
- Aprimoramento regulatório para abertura do mercado livre de energia elétrica;
- Racionalização dos encargos setoriais incidentes sobre a tarifa de energia elétrica;
- Aprimoramento da regulação referente a licenciamento ambiental;
- Isonomia tributária nas compras governamentais;
- Viabilização da efetivação dos investimentos para a universalização dos serviços de saneamento básico;
- Aprimoramentos do sistema geral de garantias da economia brasileira;
- Aprovação e regulamentação a Reforma Tributária da renda, com texto que acarrete uma maior competitividade por parte da economia brasileira;
- Regulamentação da Reforma Tributária do consumo, com o menor número possível de exceções à alíquota geral. Institui o IBS, CBS e IS, substituindo o ICMS, ISS, PIS e COFINS;
- Mapeamento de políticas internacionais de incentivo à Transição Energética.

### 5. Aproximar o MDIC do cidadão

- Expansão da Presença Digital
- Recorde de Acesso ao Portal Institucional
- Aprimoramento da Comunicação Institucional e da Transparência Ativa
- Execução Estratégica de Planos de Comunicação para Programas e Políticas do MDIC

|  |   |
|--|---|
| <b>5. Aproximar o MDIC do cidadão</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Consolidação de informações e comunicação sobre políticas transversais prioritárias</li><li>• Atendimento e orientação institucional a organizações da sociedade civil</li><li>• Divulgação orientada de políticas públicas com interesse direto de públicos estratégicos</li></ul>   |
| <b>6. Fortalecer a governança, a gestão e o uso de evidências para a tomada de decisão no MDIC</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Implementar coleta de informações pelo diagnóstico de Integridade</li><li>• Processo participativo para revisar o Plano Estratégico Institucional (PEI)</li><li>• Monitoramento Sistemático dos Instrumentos de Planejamento Estratégico</li><li>• Aprimoramento do Programa de Gestão e Desempenho</li><li>• Diagnóstico de Integridade para Trabalhadores Terceirizados</li><li>• Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação</li><li>• Campanha Institucional sobre Ambiente de Trabalho Seguro</li><li>• Sistematização de registros institucionais e evidências de atuação da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD)</li><li>• Contribuição para o Diagnóstico de Integridade institucional</li><li>• Subsídio técnico para estruturação de conteúdos de orientação ao cidadão (FAQ)</li></ul> |
| <b>7. Potencializar os resultados do Sistema MDIC</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Atualização e Fortalecimento das CAAs</li><li>• Suporte à Presidência de Conselhos</li><li>• Avaliação da Programação Orçamentária</li><li>• Elaboração do Manual de Supervisão Ministerial</li><li>• Criação do GTA Suframa</li></ul>  |
| <b>8. Otimizar o uso dos recursos</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Redução de Gastos com Passagens Aéreas</li><li>• Gestão Integrada de Infraestrutura e Economia em Obras e Reformas</li><li>• Atualização da Infraestrutura de Videoconferência</li><li>• Gestão Preventiva e Padronização de Processos</li><li>• Modernização das Contratações por Meio do Modelo ColaboraGov</li></ul>   |
| <b>9. Atrair, qualificar e motivar os colaboradores</b>  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Atração e integração de novos servidores</li><li>• Planejamento e execução das ações de capacitação</li></ul>   |



## 1.6 PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DO PPA 2024-2027

O Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 definiu a neointustrialização do País como uma de suas prioridades estratégicas. Nesse contexto, o MDIC exerce papel central na coordenação e execução dessa agenda, liderando o **Programa 2801 – Neointustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional**.

O objetivo geral desse programa é “**ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do País, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais**”.

O monitoramento do PPA é realizado, no MDIC, pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, seguindo o disposto no [Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024](#) e na [Portaria nº 232/2025 da Seplan/MPO](#).

Em 2025, foi realizado o monitoramento semestral, no período de 04/08/2025 a 5/09/2025 de setembro. O resultado da coleta pode ser consultado no [Painel PPA Aberto](#), atualizado pela Seplan/MPO.



## PROGRAMA 2801 – NEOINDUSTRIALIZAÇÃO, AMBIENTE DE NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO MDIC

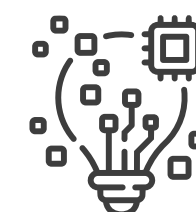
#### 0390

Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.



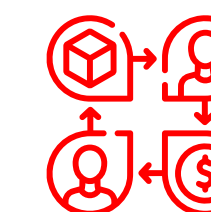
#### 0427

Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.



#### 0471

Promover o uso da infraestrutura da qualidade como ferramenta estratégica transversal para o aumento da produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico sustentável.



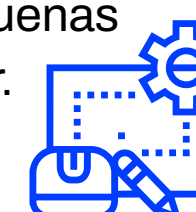
#### 0541

Promover a melhoria do ambiente de negócios por meio do aperfeiçoamento do sistema regulatório nacional.



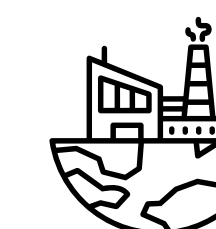
#### 0535

Otimizar o desempenho do Sistema de Propriedade Intelectual e estimular o uso da Propriedade Intelectual como ferramenta estratégica para o alcance das políticas industrial, de inovação, de economia verde, de micro e pequenas empresas e de comércio exterior.



#### 0540

Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país.



## DESCRIÇÃO E ENTREGAS ASSOCIADAS AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PPA

### OE 0390 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA VERDE AMPLIANDO A SUA PARTICIPAÇÃO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Ao promover o desenvolvimento da economia verde e ampliar sua participação na indústria brasileira, esse objetivo contribui diretamente para as agendas estratégicas do MDIC ao fortalecer a competitividade e a neointustrialização do país por meio da adoção de tecnologias limpas, da eficiência no uso de recursos e da descarbonização dos processos produtivos, alinhando a indústria nacional às exigências ambientais dos mercados internacionais, ampliando sua inserção comercial e sua capacidade de atração de investimentos.

Além disso, estimula a inovação, o adensamento de cadeias produtivas sustentáveis e a geração de empregos qualificados em setores estratégicos, como energias renováveis, biocombustíveis e economia circular, ao mesmo tempo em que aumenta a resiliência da indústria frente aos riscos climáticos e regulatórios, contribuindo para uma transformação produtiva sustentável, inclusiva e de longo prazo.

As principais entregas associadas ao OE 0390, listadas abaixo, estão detalhadas na [Seção 2](#) deste Relatório:

- Certificações de produtos e serviços sustentáveis – Programa Selo Verde Brasil
- Adesão de unidades federativas ao Sistema Nacional de Economia de Impacto (SIMPACTO)
- COOP + Produtiva: inovação, gestão e governança para cooperativas de extrativistas da Amazônia
- Empresas apoiadas pelo Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA)
- Taxonomias da Indústria da Transformação (CNAE-C)

### OE 0427 – AMPLIAR A PRODUÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA E DE SERVIÇOS, EM BASES SUSTENTÁVEIS, COM MAIOR VALOR AGREGADO, INTENSIDADE TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O Objetivo Específico 0427 constitui um dos principais vetores de concretização da missão institucional do MDIC, conforme estabelecido pela Resolução CGE/MDIC nº 1/2023, ao orientar ações voltadas ao fortalecimento da base produtiva nacional, ao aumento da competitividade e inovação e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Sua contribuição às agendas estratégicas do Ministério se estrutura em três eixos complementares:

- 1. Fortalecimento da base produtiva**, ao estimular a ampliação da produção nacional com maior valor agregado, intensidade tecnológica e diversificação industrial;
- 2. Competitividade e inovação**, ao direcionar políticas e instrumentos para o aumento da produtividade da indústria e dos serviços, com a inovação como diferencial para a inserção internacional qualificada;
- 3. Sustentabilidade**, ao condicionar o crescimento produtivo a bases ambientalmente responsáveis, alinhadas à transição para uma economia verde e inclusiva.

As principais entregas associadas ao OE 0427, listadas abaixo, estão detalhadas na [Seção 2](#) deste Relatório:

- Revisão do regime de Ex-tarifários
- Programa Mobilidade Verde e Inovação (MOVER)
- Programa Brasil Mais Produtivo
- Programa E-commerce.BR

### OE 0471 - PROMOVER O USO DA INFRAESTRUTURA DA QUALIDADE COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA TRANSVERSAL PARA O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

O Objetivo Específico 0471 posiciona a infraestrutura da qualidade como um instrumento transversal essencial para o bom funcionamento da economia e para a competitividade do País. Ao fortalecer regras técnicas, medições confiáveis, certificação de produtos e fiscalização de mercado, o MDIC cria um ambiente de confiança, previsibilidade regulatória e proteção ao consumidor, fundamentais para a neointustrialização, a transição energética, a transformação digital e o desenvolvimento sustentável. Para empresas, essa atuação reduz custos, estimula a inovação e amplia o acesso a mercados; para a sociedade, resulta em produtos mais seguros, serviços mais confiáveis e relações de consumo mais justas.

**As principais entregas associadas ao OE 0471, listadas abaixo, estão detalhadas na [Seção 2](#) deste Relatório:**

- Estratégia Nacional de Infraestrutura da Qualidade (ENIQ)
- Lançamento do Laboratório de Ensaios de Módulos Fotovoltaicos do Inmetro
- Inmetro na Palma da Mão e Selo Digital

- Delegacia Cibernética do Inmetro
- Isenção da taxa de verificação metrológica de taxímetros

### OE 0535 – OTIMIZAR O DESEMPENHO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E ESTIMULAR O USO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O ALCANCE DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO, DE ECONOMIA VERDE, DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DE COMÉRCIO EXTERIOR

O Objetivo Específico 0535 fortalece o ambiente de negócios ao tornar o sistema de propriedade intelectual mais eficiente, previsível e integrado às políticas públicas de desenvolvimento produtivo. Em 2025, os avanços concentraram-se na redução do tempo de decisão de patentes, na integração internacional do sistema brasileiro e no uso estratégico da Propriedade Intelectual como instrumento de inovação, sustentabilidade e transferência de tecnologia.

Em 2025, o Brasil deu mais um passo para se integrar ao sistema internacional de patentes, com a adesão ao Tratado de Budapeste para o Depósito de Microrganismos, o qual simplifica e reduz os custos da proteção internacional de patentes na área de biotecnologia. Além disso, foi conferida

maior previsibilidade aos usuários do sistema de propriedade intelectual com a publicação da Política de Preços do INPI, que estabelece parâmetros e diretrizes para os reajustes periódicos dos valores cobrados pelos serviços prestados pela autarquia.

**As principais entregas associadas ao OE 0535, listadas abaixo, estão detalhadas na [Seção 2](#) deste Relatório:**

- Redução do tempo de decisão de patentes
- Adesão ao Tratado de Budapeste
- Publicação da Política de Preços do INPI
- Repositório de Cláusulas de PI em editais de fomento
- Coordenação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual – Plano 2023–2025\*
- Início da execução do novo Plano de Ação 2025–2027 da ENPI em agosto de 2025

## OE 0540 - PROMOVER O AUMENTO E A MELHORIA DA INSERÇÃO COMERCIAL DO PAÍS

O objetivo específico 0540 é operacionalizado por meio da coordenação e articulação das políticas de defesa comercial, política tarifária, negociações internacionais e sustentabilidade no comércio exterior, assegurando que a inserção internacional do Brasil seja competitiva, previsível e alinhada às estratégias de desenvolvimento produtivo e ambiental.

Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país é tema central para as agendas estratégicas do MDIC, pois aprofunda a integração internacional do Brasil por meio da celebração de novos acordos comerciais, ampliando o acesso a mercados externos e viabilizando aos produtores nacionais o uso de insumos, tecnologias e processos estratégicos que elevam a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade do crescimento econômico.

O impacto dessa inserção é evidenciado por estudos da Secex/MDIC, que demonstram que a atividade exportadora contribui para a qualificação do mercado de trabalho: embora apenas cerca de 1% das empresas brasileiras exportem, elas concentram aproximadamente 15% dos empregos formais e registram, após o início das vendas externas, crescimento médio de 37,6% no número de colaboradores. Ademais, essas empresas demandam mão de obra mais qualificada, com proporção de empregados com ensino superior 1,5 vez superior à média nacional, e oferecem prêmios salariais que

variam de 36% a 124%, a depender do setor, consolidando as políticas de exportação como vetores relevantes de geração de renda e de emprego formal de qualidade.

**As principais entregas associadas ao OE 0540, listadas abaixo, estão detalhadas na Seção 2 deste Relatório:**

- Estudos e Painéis Públicos
  - Programa Elas Exportam
  - Programa Raízes Comex – Inclusão Racial
  - Planos Estaduais de Promoção da Cultura Exportadora – PNCE
  - Operações de médio e longo prazo (MLP)
  - Operações de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) MPME
  - Exposição FGE (31/12/2025)
  - Novas diretrizes para o Seguro de Crédito à Exportação para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)
  - Decreto Janela Única de Investimentos
  - Diretrizes do Mercosul para Empresas Multinacionais em Conduta Empresarial Responsável
- Assinatura do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL – EFTA
  - Assinatura do Acordo MERCOSUL – União Europeia
  - Acordo Aladi – Produtos Cosméticos
  - Acordo Brasil – Reino Unido Compartilhamento de risco (SCE/FGE – UKEF)
  - Mandatos Negociadores de Acordos de Comércio e Investimentos (Mercosul–Vietnã, Indonésia, Índia e ACFIs)
  - Investigações e Medidas Antidumping
  - Ampliação da Lista Nacional de Exceção à TEC (Res. Gecex nº 752/2025)
  - Medidas de Alteração Tarifária com Transparência e Previsibilidade
  - Digitalização da Prova de Origem (COD e COE)
  - Portal Único de Comércio Exterior – Novo Processo de Importação (NPI)
  - Modernização do Serviço “Aprendendo a Exportar”

## OE 0541 - PROMOVER A MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS POR MEIO DO APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA REGULATÓRIO NACIONAL

O Objetivo Específico 0541 consolida a atuação do MDIC na construção de um ambiente regulatório mais simples, transparente e previsível, condição essencial para a competitividade da economia brasileira. Ao aprimorar a qualidade das normas, fortalecer a capacidade institucional dos órgãos reguladores e ampliar a participação social nos processos decisórios, o Ministério contribui para reduzir custos de conformidade, mitigar insegurança jurídica e estimular investimentos produtivos.

A agenda está diretamente vinculada à Redução do **Custo Brasil** — estimado em R\$ 1,7 trilhão por ano (19,5% do PIB) — enfrentando entraves estruturais associados à burocracia excessiva, complexidade normativa e baixa coordenação regulatória. Por meio de instrumentos como a Estratégia Regula Melhor, o Portal da Regulação, o Selo de Boas Práticas Regulatórias, o I-CIR e o Observatório do Custo Brasil, o MDIC estrutura uma política transversal de melhoria regulatória, com impactos concretos sobre produtividade, ambiente de negócios e desenvolvimento sustentável.

De forma a institucionalizar a Agenda de Redução do Custo Brasil, foi criado, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), o **Grupo de Trabalho para Redução do Custo-Brasil (GT-CB)**, por meio da Resolução

CE/CNDI/MDIC Nº 3, de 9 de agosto de 2023, com a finalidade de subsidiar o Comitê-Executivo do CNDI na proposição de medidas e diretrizes para promover o crescimento de longo prazo da produtividade e competitividade da economia brasileira.

**As principais entregas associadas ao OE 0541, listadas abaixo, estão detalhadas na [Seção 2](#) deste Relatório:**

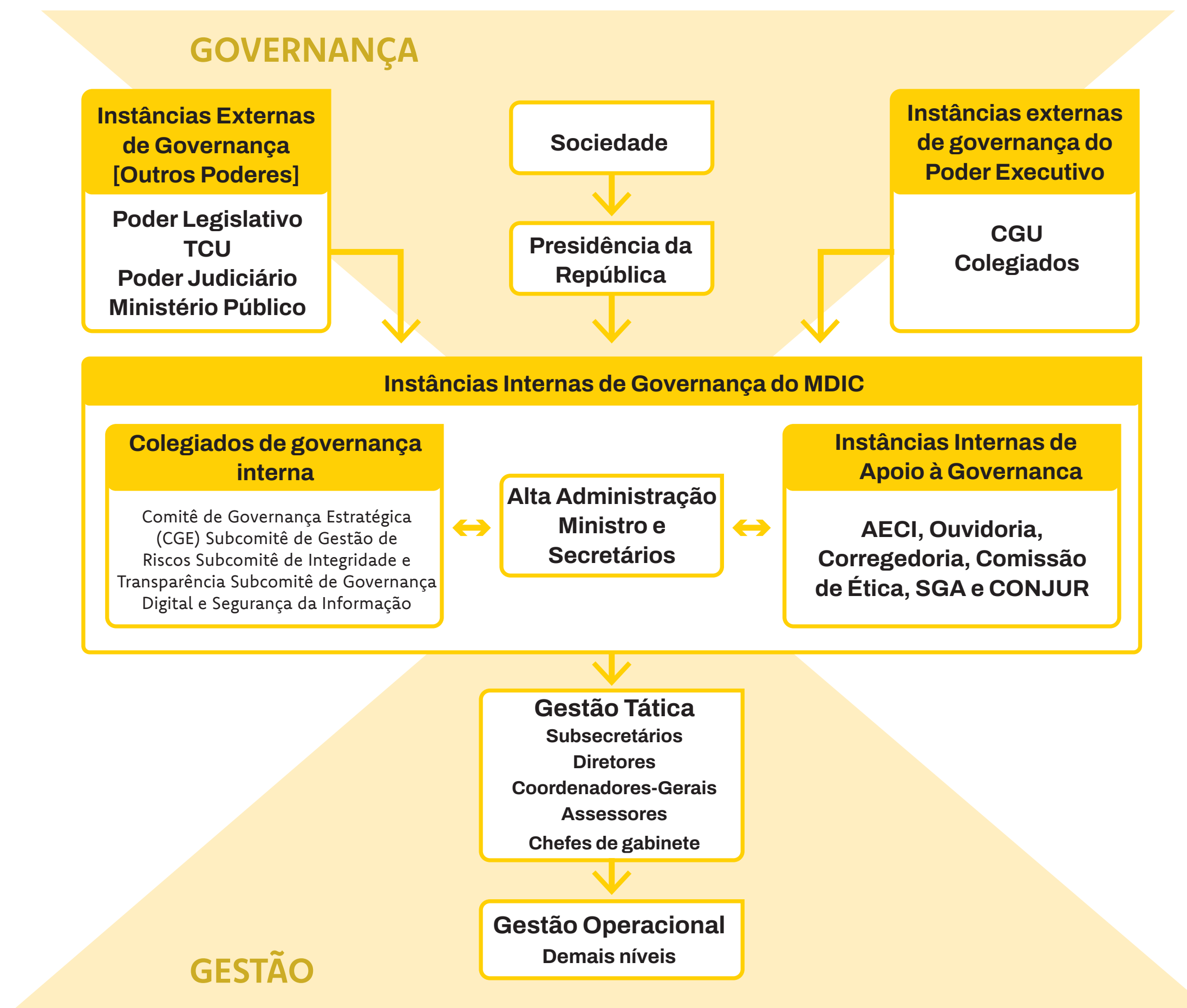
- Redução do Custo Brasil
- Portal da Regulação
- Selo de Boas Práticas Regulatórias – 3ª Edição
- Índice de Capacidade Institucional para Regulação (I-CIR)

# 1.7 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

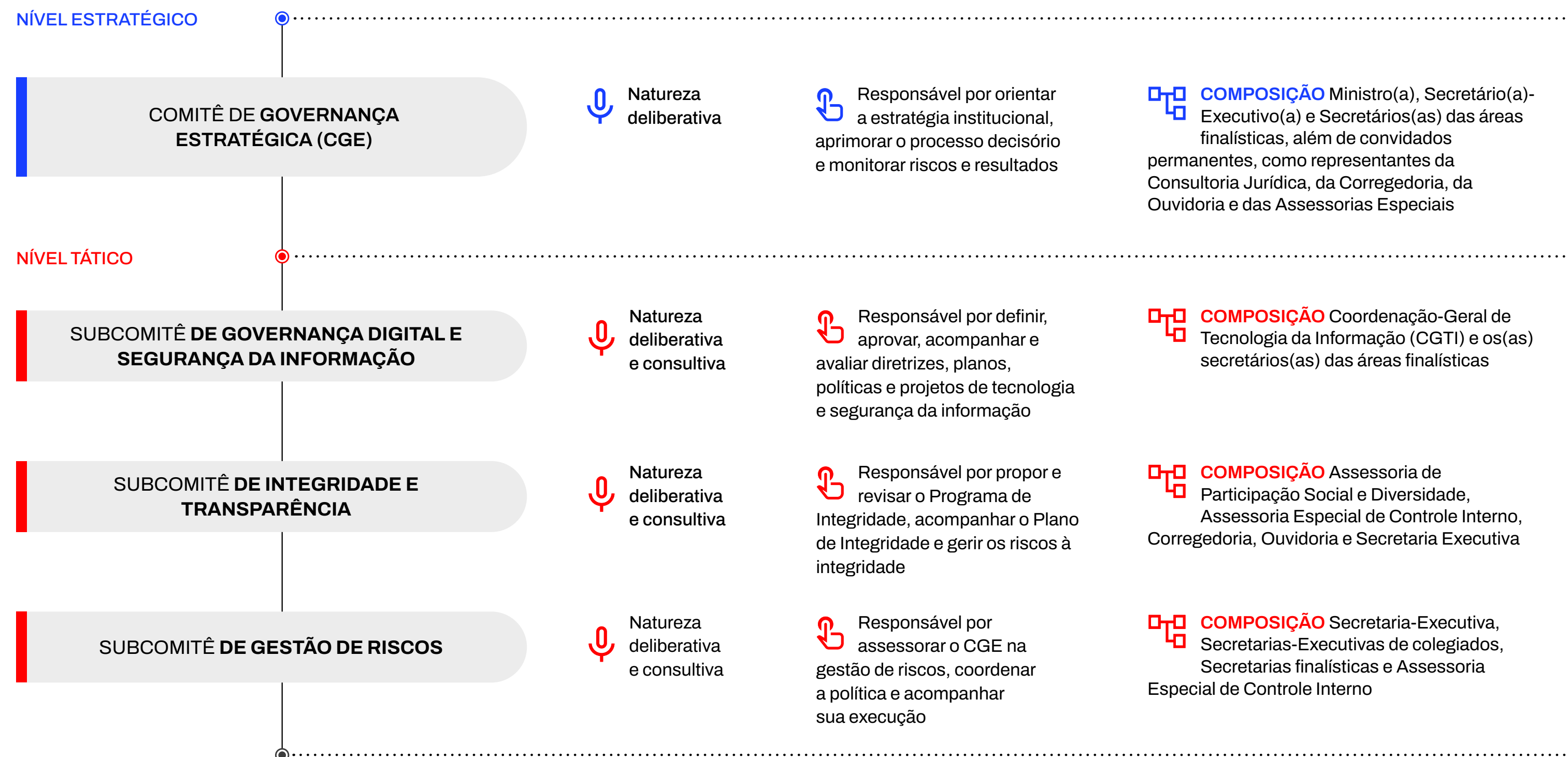
As instâncias de governança do MDIC orientam a estratégia, alinham a instituição e fortalecem os mecanismos de gestão, controle e transparência. Estruturadas para assegurar coerência entre políticas, processos e resultados, oferecem suporte técnico e decisório à Alta Administração, promovendo eficiência, integridade e segurança na condução das ações ministeriais.

## Principais Instâncias de Governança

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



# COLEGIADOS INTERNOS DE GOVERNANÇA



## DEMAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

O Ministério conta com diversas instâncias internas que contribuem para o fortalecimento da governança: a Assessoria Especial de Controle Interno, a Ouvidoria, a Corregedoria, a Comissão de Ética, a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e a Consultoria Jurídica. Essas unidades desenvolvem e implementam processos, mecanismos e práticas de governança que aprimoram o desempenho institucional.

# RESULTADOS DA GESTÃO

NESTE CAPÍTULO, O MDIC apresenta a sua atuação na implementação da Nova Indústria Brasil (NIB), política lançada em 2024 que orienta investimentos públicos e privados para impulsionar a neointustrialização até 2033. Com foco em inovação e sustentabilidade, a NIB busca ampliar a competitividade, gerar empregos de qualidade e fortalecer a inserção internacional, estruturando-se em seis missões estratégicas voltadas a setores-chave da economia.

As missões abrangem os setores de **agroindústria, complexo industrial de saúde, infraestrutura, moradia e mobilidade, transformação digital, bioeconomia e transição energética, e tecnologia de defesa.**

# NOVA INDÚSTRIA BRASIL

Ao longo de 2025, o MDIC manteve-se como elo estratégico entre o Estado e o setor produtivo, implementando as missões da Nova Indústria Brasil (NIB). Lançada em janeiro de 2024 sob coordenação do Ministério, a política prevê investimentos de até R\$300 bilhões até 2026, e pretende impulsionar a neointustrialização do País até 2033.

A política posiciona inovação e sustentabilidade no centro do desenvolvimento econômico, buscando reverter o processo de desindustrialização precoce, ampliar a competitividade da indústria brasileira, promover empregos de qualidade e fortalecer a inserção internacional do País.

A Nova Indústria Brasil articula investimentos públicos e privados em áreas estratégicas, utilizando o Estado como indutor do desenvolvimento produtivo por meio de instrumentos como linhas de crédito com juros reduzidos, recursos não reembolsáveis, incentivos fiscais, compras públicas com exigência de conteúdo local e regulação estratégica.

A NIB representa uma forma de **organização das prioridades do setor produtivo**, por meio de **6 missões estratégicas** específicas que orientam investimentos públicos e privados.

As missões abrangem os setores de **agroindústria, complexo industrial de saúde, infraestrutura, moradia e mobilidade, transformação digital, bioeconomia e transição energética, e tecnologia de defesa.**

## MISSÃO 1

Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética

## MISSÃO 4

Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade

## MISSÃO 2

Complexo econômico-industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde

## MISSÃO 5

Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações

## MISSÃO 3

Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades

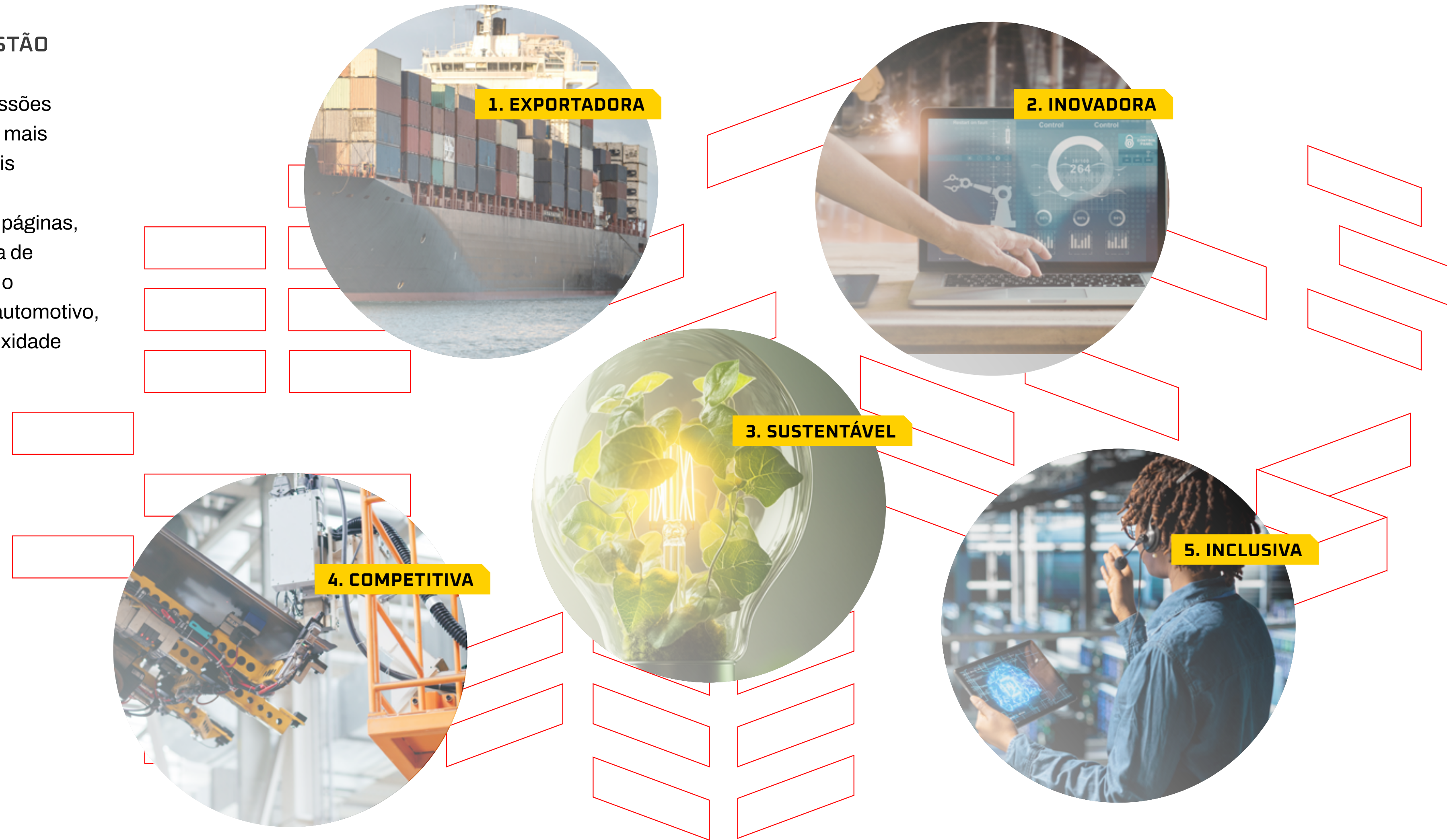
## MISSÃO 6

Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacional

## AS MISSÕES DA NOVA INDÚSTRIA BRASIL ESTÃO DISTRIBUÍDAS EM 5 EIXOS

A Nova Indústria Brasil (NIB) organiza suas seis missões estratégicas em **cinco eixos de atuação**: indústria mais exportadora, mais inovadora, mais sustentável, mais competitiva e mais inclusiva.

Os resultados apresentados por eixo nas próximas páginas, demonstram o crescimento das vendas da indústria de transformação, recordes de abertura de mercado e o impulsionamento de setores importantes, como o automotivo, o químico, o de eletroeletrônicos e o de alta complexidade tecnológica.



## 2.1 INDÚSTRIA EXPORTADORA

### CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES

Desde 2023, o Brasil tem atingido recordes de exportação. Em 2025, o Brasil alcançou US\$ 348,7 bilhões em exportações, valor que representa o melhor resultado para a balança comercial desde o início da série histórica, em 1989.

### PLANO BRASIL SOBERANO

Instituído em agosto de 2025, o **Plano Brasil Soberano** foi estruturado como resposta às medidas tarifárias unilaterais impostas pelos Estados Unidos ao Brasil, com o objetivo de mitigar impactos sobre empresas exportadoras brasileiras.

O Plano mobilizou R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE), operacionalizados pelo BNDES, para apoiar empresas afetadas por meio de crédito, capital de giro e financiamento a investimentos. Entre setembro e dezembro de 2025, foram aprovados R\$ 15,93 bilhões em financiamentos.

Além do apoio financeiro, o Plano promoveu avanços na modernização do sistema brasileiro de crédito à exportação e no Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ampliando flexibilidade e capacidade de resposta à conjuntura internacional.

#### MEDIDAS ADOTADAS

- Publicação da Lei nº 15.122/2025 (Lei da Reciprocidade Econômica);

- Criação do Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas Econômicas e Comerciais, por meio do Decreto nº 12.551/2025, que regulamentou a Lei nº 15.122/2025.
- Autorização para acionamento do mecanismo de solução de controvérsias da OMC (Resolução CEC nº 11/2025);
- Análise técnica e enquadramento das medidas norte americanas nos termos da legislação brasileira.

### QUADRO-SÍNTESE

#### OBJETIVO ESTRATÉGICO

Mitigar impactos de barreiras tarifárias externas sobre empresas brasileiras.

#### INSTRUMENTO FINANCEIRO

FGE – Fundo Garantidor de Exportações (R\$ 30 bilhões disponibilizados)

#### RESULTADOS 2025

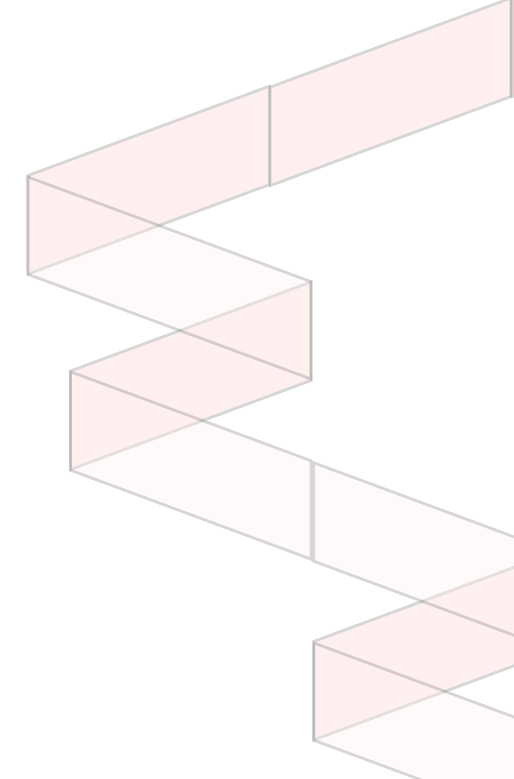
R\$ 15,93 bilhões aprovados em financiamentos  
R\$ 11,01 bi para grandes empresas  
R\$ 4,91 bi para MPMEs

#### MEDIDAS COMPLEMENTARES

Modernização do crédito à exportação  
Aperfeiçoamento do Seguro de Crédito  
Tramitação do PL 6139/2023 (regime de urgência)

#### IMPACTO ESTRATÉGICO

Preservação da competitividade exportadora



## AUMENTO E MELHORIA DA INSERÇÃO COMERCIAL DO PAÍS

A inserção internacional do Brasil é estrategicamente articulada pelo MDIC por meio da integração entre defesa comercial, políticas tarifárias e negociações internacionais. Essa coordenação assegura um ambiente competitivo e previsível, alinhado às metas de desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental. Ao celebrar novos acordos e ampliar o acesso a mercados externos, o Ministério viabiliza a adoção de insumos e tecnologias de ponta, elevando a produtividade e a competitividade sistêmica do setor produtivo nacional.

Os impactos socioeconômicos dessa agenda são expressivos: embora representem apenas 1% das empresas brasileiras, as exportadoras concentram 15% dos empregos formais e registram um salto médio de **37,6%** nas contratações após a internacionalização. Além de demandarem mão de obra altamente qualificada — com uma proporção de graduados **1,5** vez superior à média nacional —, essas companhias oferecem prêmios salariais que variam de **36% a 124%**. Tais indicadores consolidam a atividade exportadora como um vetor fundamental para a geração de renda e a criação de postos de trabalho de alta qualidade no país.

Para mais informações consulte o [site do MDIC](#).

## AMPLIAÇÃO DA REDE DE ACORDOS INTERNACIONAIS

A atuação internacional do Ministério, materializada por acordos e parcerias, evidencia a implementação da estratégia institucional voltada à modernização industrial, atração de investimentos, ampliação das exportações, descarbonização, inovação tecnológica e fortalecimento da competitividade da economia brasileira. Tais instrumentos fortalecem mecanismos de governança, ao instituírem grupos de trabalho, coordenação interministerial e cooperação regulatória com países parceiros. Seguem exemplos assinaturas de acordos e outros mecanismos de cooperação firmados em 2025, bem como negociações que evoluíram no período.

### ACORDO MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA (UE)

Foram concluídas as negociações, após 26 anos de negociações, e o texto do acordo foi encaminhado para aprovação no [Senado Federal](#). O acordo Mercosul-União Europeia cria uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, que reúne cerca de 718 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US\$ 22,4 trilhões (aproximadamente R\$ 117,15 trilhões).

### ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL – EFTA

Em 2 de julho de 2025, foi [assinado acordo comercial entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio \(EFTA\)](#), bloco formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. O acordo, que integra economias com 290 milhões de habitantes e PIB superior a US\$ 4,39 trilhões, amplia o acesso do Brasil ao mercado europeu e reforça o compromisso do País e do Mercosul com o fortalecimento do comércio internacional como vetor de crescimento econômico, competitividade e geração de oportunidades.

### ACORDO COM A ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI) PARA PRODUTOS COSMÉTICOS

O Brasil e países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) concluíram em 21 de novembro de 2025, a negociação técnica do [Acordo de Alcance Parcial para Eliminação de Obstáculos Técnicos ao Comércio de Produtos Cosméticos](#), incluindo itens de higiene pessoal e perfumaria. A negociação resultou na adesão de 10 países — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Entre os compromissos acordados estão a eliminação da exigência de documentos, como o certificado de venda livre; a adoção de padrões internacionais; a simplificação de procedimentos; a harmonização de requisitos mínimos de rotulagem; e a vigilância de mercado com foco em risco.

### MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO PARA INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL

Assinado em 26 de março de 2025 no âmbito da [Iniciativa de Integração Industrial Brasil–Japão](#), o Memorando de Cooperação, que setores prioritários para o aprofundamento da cooperação bilateral, como o de [Combustíveis Sustentáveis e Mobilidade](#).

### COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE BRASIL E VIETNÃ

Memorando de Entendimento assinado em 28 de março de 2025 para a criação do [Grupo de Direção para Cooperação Comercial e Industrial](#) em áreas prioritárias do comércio e da indústria brasileira.

### MEMORANDO ENTRE BRASIL E NIGÉRIA

Memorando assinado em 25 de junho de 2025 visa ao fortalecimento da [cooperação em comércio e investimentos](#), incluindo facilitação de investimentos, expansão de exportações e cooperação regulatória.

### ACORDO ENTRE BRASIL E REINO UNIDO SOBRE COMPARTILHAMENTO DE RISCOS

Brasil e Reino Unido assinaram, em 22 de setembro de 2025, [Memorando de Entendimento](#) para impulsionar as exportações brasileiras por tenham o financiamento da

operação segurado simultaneamente pelas duas agências, o que pode reduzir o custo dos empréstimos para o importador e, conseqüentemente, aumentar a competitividade das exportações brasileiras apoiadas.

### MANDATOS NEGOCIADORES DE ACORDOS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Foram aprovados em 2025, pelo Conselho de Estratégia Comercial (CEC), os mandatos para a negociação de acordos de comércio e cooperação entre o Mercosul e o Vietnã, a Indonésia, a Índia ([Resolução nº 10/2025](#)), e Brasil e países do continente africano [Resolução nº 13/2025](#)). Tais instrumentos têm como objetivo expandir a rede de acordos de cooperação e fortalecer a inserção estratégica do Brasil em mercados emergentes.

### CARTA DE INTENÇÕES ENTRE BRASIL E FRANÇA

Assinada em 2 de julho de 2025 entre o MDIC e o Ministério da Europa e Assuntos Exteriores da França, [Carta de Intenções](#) com o objetivo de transformar a fábrica da Helibras no estado de Minas Gerais em um polo de produção e exportação de helicópteros.

### MEMORANDO ENTRE O MDIC E A SCHNEIDER ELECTRIC

Memorando assinado em 2 de setembro de 2025 com o Instituto de Pesquisa em Sustentabilidade da Schneider Electric, voltado à [descarbonização da indústria brasileira](#).

### COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ÍNDIA

[Memorando de Cooperação em Propriedade Intelectual](#), assinado em 9 de julho de 2025, objetiva troca de experiências, treinamentos e modernização de sistemas de propriedade intelectual.

### MEMORANDO ENTRE BRASIL E REINO UNIDO

Memorando assinado em 22 de setembro de 2025 para a promoção de boas práticas regulatórias entre os dois governos.

### PARCERIAS ENTRE BRASIL E CHINA SOBRE IA E ECONOMIA DIGITAL

Memorandos assinados em 13 de maio de 2025 sobre [cooperação em Inteligência Artificial \(IA\) e Economia Digital](#).

## BRICS – REUNIÕES DE MINISTROS DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

[Declarações conjuntas assinadas pelos Ministros da Indústria e Comércio dos 11 países que integram o BRICS](#), em 21 de maio de 2025, por ocasião da 21ª Reunião de Ministros da Indústria e da 15ª Reunião de Ministros do Comércio do bloco, fortalecem as bases para a cooperação no desenvolvimento industrial verde e na promoção da economia circular no setor produtivo global.

## ACORDO ENTRE BRASIL E MALÁSIA PARA COOPERAÇÃO EM SEMICONDUTORES

Memorando assinado em 25 de outubro de 2025 sobre [cooperação na indústria de semicondutores](#), abrangendo pesquisa, desenvolvimento tecnológico e formação de profissionais.

## PARCERIAS E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Em 2025, o MDIC ampliou a cooperação com agências estrangeiras de crédito à exportação, com destaque para a parceria com a UK Export Finance (UKEF), formalizada por Memorando de Entendimento que prevê o compartilhamento de riscos entre o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e a UKEF, com expectativa de operações conjuntas a partir de 2026. Iniciativas semelhantes avançaram com agências dos

Estados Unidos e da Áustria. Além disso, foram retomados os diálogos com a Euler Hermes, em junho de 2025, contribuindo para o aprimoramento da governança do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) com base na experiência da agência alemã.

Em parceria com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), o MDIC elaborou um estudo inédito sobre os [impactos socioeconômicos do comércio bilateral Brasil-China](#), com foco em emprego, renda, diversidade, inclusão, participação de mulheres, pessoas negras e de micro, pequenas e médias empresas, oferecendo subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas.

No âmbito da cooperação internacional, o Ministério também participou da realização do primeiro estudo conjunto Brasil-Chile sobre a participação de empresas lideradas por mulheres no comércio bilateral, em parceria com a Subsecretaria de Relações Econômicas Internacionais do Chile (Subrei), a ApexBrasil e a ProChile, contribuindo para ampliar o entendimento sobre a presença feminina no comércio exterior.

## PLANOS ESTADUAIS DE PROMOÇÃO DA CULTURA EXPORTADORA – PNCE

Descentralização da política exportadora e fortalecimento regional. Sete planos foram concluídos nos seguintes estados: Pará, Pernambuco, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Espírito Santo e Amapá.

## DEFESA COMERCIAL E POLÍTICA TARIFÁRIA

### INVESTIGAÇÕES E MEDIDAS ANTIDUMPING

Proteção da indústria nacional, mitigação de práticas desleais e preservação da competitividade. **Resultados 2025:**

- 48 investigações iniciadas
- 40 concluídas
- Medidas aplicadas sobre 6 produtos (anidrido ftálico, fibras de poliéster, folhas metálicas, dióxido de titânio, polióis poliéteres e tubos de aço inox)

Para mais informações acesse as [Publicações de Defesa Comercial e Interesse Público no Diário Oficial da União em 2025](#).

### AMPLIAÇÃO DA LISTA NACIONAL DE EXCEÇÃO À TEC

(Res. Gecex nº 752/2025) Instrumento ágil de política tarifária para mitigar impactos inflacionários e desvios de comércio.

**Resultados 2025:**

- Incorporação da Decisão do Conselho Mercado Comum nº 1/2025, aprovada na Cúpula do Mercosul de junho de 2025, no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Resolução do Comitê Executivo de Gestão de Comércio Exterior (Gecex) nº 752/2025.
- Inclusão de 50 códigos adicionais com critérios de uso

### MEDIDAS DE ALTERAÇÃO TARIFÁRIA COM TRANSPARÊNCIA E PREVISIBILIDADE

Mitigação de gargalos de oferta, proteção seletiva à indústria, redução de custos de importação e tributos e maior previsibilidade decisória. **Resultados 2025:**

- 100% dos pleitos analisados dentro do prazo (Res. GECEX nº 207/2021)
- 237 medidas de alteração tarifária concedidas:
  - 181 reduções de Imposto de Importação
  - 96 elevações tarifárias
- Monitoramento semestral via Comitê de Alterações Tarifárias (CAT).

## FACILITAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

### MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO “APRENDENDO A EXPORTAR”

Trata-se de difusão da cultura exportadora com foco em Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e melhor usabilidade digital. **Resultados 2025:**

- 10 milhões de acessos acumulados
- 10 mil acessos/mês
- Reformulação das versões gerais e setoriais.

O Aprendendo a Exportar é um serviço gratuito, de acesso livre, disponibilizado via Internet na página [Aprendendo à Exportar](#).

### DIGITALIZAÇÃO DA PROVA DE ORIGEM (COD E COE)

Proporciona redução de custos e maior segurança jurídica, com transformação estrutural e liderança na digitalização do comércio exterior na América Latina. **Resultados 2025:**

- Certificados de Origem Digitais (COD) com o Paraguai (ACE-74) e com a Bolívia (ACE 36);
- Certificados de Origem Eletrônicos (COE) com o Chile.

Para mais informações, acesse [Situação atual do Certificado de Origem Digital \(COD\) e Certificado de Origem Eletrônico \(COE\)](#).

## SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO

O [Seguro de Crédito à Exportação \(SCE\)](#) é um seguro destinado a cobrir os riscos inerentes a operações de exportação de bens ou serviços. Trata-se de um instrumento de fomento ao crédito privado e oficial, pois é uma das modalidades de garantia que ampliam o acesso ao financiamento do comércio exterior.

### OPERAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZO (MLP)

Sustentação financeira às exportações de maior porte.

**Resultados 2025:**

- 8 operações aprovadas e 4 concretizadas
- US\$ 870 mi aprovados (total em 2024/2025)
- US\$ 557 mi em operações concretizadas\*

Acesse a [Nota Técnica Atuarial do Seguro de Crédito à Exportação para Operações com Garantia da União](#).

### NOVAS DIRETRIZES PARA O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMES)

Ampliação do acesso e maior aderência às demandas do setor produtivo. **Resultados 2025:**

- [Retomada do pós-embarque MPME](#)
- Novo produto para combustível (aviação civil)
- Cobertura a financiamentos em reais

### OPERAÇÕES DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMES)

Ampliação do apoio às MPMEs. **Resultados 2025:**

- 70 operações aprovadas (32 concretizadas)
- US\$ 25 mi apoiados

### FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO (FGC)

Garantia à estabilidade das operações com cobertura da União. **Resultado 2025:**

- US\$ 3,94 bilhões disponibilizados

## AMBIENTE DE INVESTIMENTOS E GOVERNANÇA

### JANELA ÚNICA DE INVESTIMENTOS

Promulgado o Decreto Presidencial nº 12.615, de 5 de Setembro de 2025 que institui a Janela Única de Investimentos e sua estrutura de governança, com a finalidade de racionalizar processos e trâmites necessários à realização de investimentos no País.

### DIRETRIZES DO MERCOSUL PARA EMPRESAS MULTINACIONAIS EM CONDUTA EMPRESARIAL RESPONSÁVEL

Integração de padrões voluntários de boas práticas, compatíveis com a legislação nacional aplicável e as normas reconhecidas internacionalmente; e melhoria do ambiente de negócios. Em outubro de 2025 foram aprovadas diretrizes no contexto do Subgrupo de Trabalho [SGT 12](#) do Mercosul - Investimentos.

## PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR

O [Programa Portal Único de Comércio Exterior – Portal Siscomex](#), instituído pelo [Decreto nº 8.229/2014](#), tem como objetivo reduzir a burocracia, os prazos e os custos associados às operações de exportação e importação brasileiras. Iniciado em 2014, o Programa foi concebido para atender de forma mais eficiente às demandas atuais e futuras do comércio exterior, assegurando a manutenção do Siscomex como uma ferramenta efetiva e aderente à evolução dos fluxos comerciais.

A iniciativa tem como principais objetivos a reformulação e a harmonização dos processos de exportação e importação, com vistas ao aumento da eficiência operacional, bem como a implantação de um guichê único que centraliza a interação entre o Estado e os operadores privados do comércio exterior.

O Programa Portal Único integra o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e é reconhecido como medida institucional de elevado impacto para a melhoria do ambiente de negócios e de investimentos, contribuindo para maior previsibilidade e fluidez do comércio exterior brasileiro

Em 2025, o Portal Único avançou com soluções de alto impacto, como o módulo de Pagamento Centralizado (PCCE) da Anvisa, **que reduziu o tempo médio de compensação de taxas de até dois dias para cerca de cinco minutos, e o módulo CCT Aéreo, que passou a concentrar cerca de 85% das importações por via aérea, agilizando a liberação de mercadorias.**

## DADOS E TRANSPARÊNCIA PARA O SETOR PRODUTIVO

Acesso facilitado a dados tarifários e maior previsibilidade regulatória. **Resultado 2025:**

- [Painéis integrados](#) sobre tarifas, regimes preferenciais, listas de exceções, histórico tarifário e investimentos estrangeiros no país.
- Economia potencial estimada de R\$ 6 milhões/ano para Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

**Painel Tarifário.** Apresenta, de maneira intuitiva e acessível, uma visão consolidada das tarifas aplicadas, listas de exceção, regimes de ex-tarifários e acordos comerciais, contribuindo para maior transparência e eficiência na análise tarifária.

**InvestVis.** Plataforma de visualização de dados de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que oferece uma perspectiva abrangente e acessível sobre os fluxos e estoques desse importante tipo de investimento.

### ESTUDOS E OUTROS PAINÉIS PÚBLICOS

Painéis interativos voltados à ampliação e qualificação da base de dados públicos de comércio exterior; Qualificação do debate econômico e ampliação da transparência ativa.

**Resultado 2025:**

- 7 produtos publicados
- [Nova versão Comex Vis](#)
- [Painel BRICS](#)

## 2.2 INDÚSTRIA INOVADORA

### DESTAQUES

#### MAIS INOVAÇÃO

**R\$ 60 bilhões** já financiados (de R\$ 108 bilhões até 2026) pelo BNDES, FINEP, e EMBRAPPII, com Taxa Referencial (TR), para projetos voltados à inovação ou digitalização.

#### LINHA ESPECIAL PARA RENOVAÇÃO DE BENS DE

#### CAPITAL (BNDES)

**R\$ 8 bilhões** para incorporação das tecnologias da indústria 4.0 e da digitalização na indústria.

#### DEPRECIÇÃO ACELERADA

**R\$ 1,7 bilhão** disponibilizado em 2025. R\$ 1,2 bilhão utilizado, gerando investimentos de R\$ 3,65 bilhões.

#### LCDS

**R\$ 21,3 bilhões** em Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD) emitidas.

#### REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA (REIQ)

**R\$ 4 bilhões** disponíveis desde 2023, com 24 projetos em andamento, mobilizando R\$ 5,35 bilhões em investimentos.

#### MINERAIS ESTRATÉGICOS

Edital de R\$ 5 bilhões (BNDES/Finep) para apoiar investimentos em transformação de minerais.  
Objetivo: desenvolver cadeias de lítio, terras raras, níquel, grafite e silício, além de mobilizar investimentos para a fabricação de células de baterias, células fotovoltaicas e ímãs permanentes.

#### BRASIL + PRODUTIVO

**67,5 mil empresas atendidas** em 2 anos, com aumento médio de produtividade de 28%, ganho de 19% em eficiência energética. A Chamada Smart Factory disponibilizou **R\$ 56 milhões para digitalização** da indústria em 2025.

#### PROGRAMA PADIS, BRASIL SEMICONDUTORES

#### E NOVA LEI DE INFORMÁTICA

R\$ 18,5 bilhões em incentivos até 2025, que geraram R\$ 7,8 bilhões em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento como contrapartida. Atração de R\$ 186 bilhões em investimentos totais para a transformação digital da indústria brasileira.

## PROGRAMA BRASIL MAIS PRODUTIVO

Criado em 2023, o [Programa Brasil Mais Produtivo](#) tem como objetivo elevar a competitividade de micro, pequenas e médias empresas por meio de intervenções rápidas e de baixo custo em seus processos produtivos. Entre 2023 e 2027, o programa prevê o engajamento de até 200 mil empresas e a realização de até 93 mil atendimentos.

A fim melhorar a capilaridade do Programa, o MDIC e seus parceiros têm adotado estratégias de comunicação coordenadas, além de articulação com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR) para elaboração de campanhas de comunicação de âmbito nacional.

## RESULTADOS E INDICADORES 2025

### COMÉRCIO E SERVIÇOS

- [24.167 MPEs](#) de comércio e serviços atendidas via Sebrae\*
- Aumento médio de 23% de produtividade nas empresas atendidas

\*De acordo com [dados geridos pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial \(ABDI\)](#), informações disponíveis no [Painel da Indústria](#)

### SETOR INDUSTRIAL

- 20.088 empresas industriais atendidas, das quais:
- 12.680 micro e pequenas empresas, atendidas pelo Sebrae, com ganho médio de 23% em produtividade.
  - 7.408 micro, pequenas e médias empresas, atendidas pelo SENAI, com ganhos médios de 28,4% em produtividade (consultoria em manufatura enxuta)
  - 17,9% em eficiência energética

### TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

- 90 empresas industriais de médio porte atendidas com consultoria especializada
- 213 projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) por meio da Embrapii
  - 175 projetos no âmbito dos editais Smart Factory, dos quais 88 já se encontram em desenvolvimento
  - R\$ 93 milhões para digitalização, disponibilizados pelas Smart Factorys

## PROGRAMA DE DEPRECIÇÃO ACELERADA

A Política de Depreciação Acelerada de Máquinas e Equipamentos, instrumento fiscal da Nova Indústria Brasil (NIB) previsto na [Lei nº 14.871/2024](#), busca modernizar o parque produtivo e antecipar o retorno dos investimentos, elevando competitividade e produtividade ao permitir que empresas tributadas pelo lucro real deduzam mais rapidamente, para fins fiscais, o valor de bens novos (máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos) do período elegível, reduzindo a base de cálculo de IRPJ e CSLL: em vez da depreciação linear em até 10 anos, a dedução pode ocorrer em 2 anos, com até 50% no ano em que o bem for instalado/posto em serviço e os 50% restantes no ano seguinte.

Até 31 de dezembro de 2025, foram habilitados 4.603 projetos industriais, beneficiando 754 empresas, com R\$ 6,3 bilhões em aquisições de máquinas e equipamentos, além de R\$ 1,3 bilhões em investimentos em análise (totalizando R\$ 7,6 bilhões em investimentos).

## POLÍTICA DE DEPRECIÇÃO ACELERADA DE NAVIOS-TANQUE

Em 2025, o MDIC atuou na implementação da política de Depreciação Acelerada de Navios-Tanque, instrumento fiscal

voltado à revitalização da indústria naval e ao fortalecimento da cadeia de petróleo e gás.

A medida permite que empresas depreciem 100% do valor do navio em dois anos (50% no primeiro ano e 50% no segundo), reduzindo a carga tributária inicial e melhorando o fluxo de caixa para novos investimentos. O benefício é direcionado a embarcações novas produzidas no Brasil, com exigência de conteúdo local e operação em cabotagem.

### QUADRO-SÍNTESE

#### Objetivo Estratégico

Estimular a indústria naval nacional e fortalecer a cadeia de petróleo e gás.

#### Mecanismo

Depreciação de 100% do valor do navio em 2 anos (50% no 1º ano + 50% no 2º ano)

#### Critérios de Elegibilidade

Navios-tanque novos produzidos no Brasil

Exigência de conteúdo local

Operação em cabotagem

Aquisição até 2026 | Operação a partir de 2027

#### Resultados 2025

16 pedidos de habilitação submetidos

R\$ 7,6 bilhões em investimentos estimados

#### Aprimoramentos Normativos

Portaria Interministerial MDIC/MME nº 139/2025

Resoluções CNPE nº 15 e nº 20/2025

### Impacto Estratégico

Geração de empregos

Fortalecimento tecnológico

Expansão da capacidade produtiva nacional

## Fomento ao desenvolvimento da cadeia de Semicondutores no Brasil - PADIS

O fomento ao desenvolvimento da cadeia de semicondutores ocorreu por meio do desenvolvimento do **Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon)** e do **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis)** ao longo de 2025. O Brasil Semicon é um programa do governo federal instituído pela Lei 14.968/2024 que visa a impulsionar a indústria nacional de semicondutores. Seu objetivo é incentivar a produção, a pesquisa e a inovação em chips e outros componentes eletrônicos, com o objetivo de atrair investimentos, aumentar a competitividade brasileira e agregar valor à produção de tecnologia no país. O programa também prorroga e amplia os incentivos fiscais existentes no Padis. Em 2025, foi elaborada a minuta do Decreto instituindo o Conselho Gestor e atualizando o Padis (Lei nº 11.484/2007), de acordo com as novas disposições trazidas pela Lei nº 14.968/2024. A previsão orçamentária para o programa é R\$ 7,30 bi (2026), 7,75 bi (2027) e R\$ 8,21 bi (2028).

## INCENTIVO À DESBUROCRATIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL: PROJETO CONSTRUA BRASIL

O Projeto Construa Brasil é uma iniciativa do Governo Federal, via MDIC, com execução da [Rede Catarinense de Inovação \(RECEPETi\)](#) para modernizar e impulsionar a construção civil brasileira, focando em três pilares: **desburocratização, digitalização** (com a adoção do **BIM - Building Information Modeling**) e **industrialização** (construção *offsite*). O projeto visa a melhorar o ambiente de negócios, aumentar a produtividade, gerar empregos e tornar o setor mais competitivo.

Em 2025, o Projeto Construa Brasil viabilizou a criação da Célula BIM do Norte na UFPA, com a implantação de um laboratório equipado (notebooks, drone, impressora 3D, licenças de software) e consultoria especializada para capacitar docentes e alunos. Atualmente, há três Células BIM com laboratórios implantados com recursos do projeto e mais de 50 instituições em implantação sem apoio financeiro governamental.

No contexto da **Estratégia Nacional de Disseminação do BIM**, os Grupos Técnicos (GTs) realizaram mapeamentos significativos. O GT de Regulamentação mapeou a maturidade BIM em 302 órgãos públicos federais que responderam à consulta pública, visando o planejamento de ações para a digitalização institucional. Paralelamente, o GT de Capacitação

mapeou a maturidade BIM em 46 instituições de ensino superior e 60 cursos, fornecendo dados para incentivar a inclusão da metodologia no ensino e formar profissionais para atender à demanda de mercado.

Saiba mais em:

- [Universidade Federal do Pará é selecionada para sediar nova Célula BIM do Projeto Construa Brasil na Região Norte](#)
- [Gestores municipais conhecem projeto que busca melhorar o ambiente de negócio na construção civil](#)
- [Construa Brasil abre consulta pública para EAD sobre construção industrializada](#)
- [Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil - Estratégia BIM BR](#)

## PROGRAMA DE INCENTIVO AOS SERVIÇOS DE BASE TECNOLÓGICA: DATA CENTERS E REDATA

Em 2025, o MDIC contribuiu diretamente, em parceria com outros Ministérios, na formulação da Política Nacional de Data Centers (PNDC), cujo objetivo é fomentar a instalação, a operação e a modernização de Datacenters, bem como promover o adensamento da cadeia produtiva de economia digital em todo o território nacional.

Assim, por meio da publicação da [Medida Provisória nº 1318/2025](#), instituiu-se o Regime Especial de

Tributação para Data Centers - REDATA, que prevê um conjunto de incentivos fiscais fornecidos pelo governo mediante compromissos e requisitos a serem cumpridos pelas empresas nos aspectos ambientais, de conteúdo local e doação de capacidade de armazenamento, além de contribuições ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT). No âmbito do REDATA, os objetivos são:

1. Atrair investimentos em data center
2. Aumentar a soberania digital; e
3. Adensar a cadeia produtiva de equipamentos TIC no Brasil.

## REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA FORTALECIMENTO PRODUTIVO E TECNOLÓGICO DO COMPLEXO ECONÔMICO E INDUSTRIAL DA SAÚDE (CEIS)

Em 2025, o Governo Federal avançou na estratégia de fortalecimento do **Complexo Econômico e Industrial** da Saúde (CEIS), com participação ativa do MDIC nas reuniões da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) e do Comitê Deliberativo (CD) das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e das Parcerias para o Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL).

As PDP se concentram na transferência de tecnologia para viabilizar a produção nacional de medicamentos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto as PDIL têm como foco estimular a inovação tecnológica desenvolvida no Brasil. O MDIC integra as instâncias técnica e deliberativa desses programas, coordenados pelo Ministério da Saúde.

**Em 2025, foram analisados 152 processos de PDP e 174 de PDIL. Foram aprovados 31 projetos de PDP, R\$ 5 bilhões por ano, e aprovados 54 projetos de PDIL, que totalizam R\$ 850 milhões.** A prospecção é de investimento de R\$ 50 bilhões nas Parcerias em 10 anos.

#### Resultados finais PDPs publicados:

- [Portaria GM/MS nº 8.929, de 24 de novembro de 2025](#)
- [Portaria GM/MS nº 8.228, de 24 de setembro de 2025](#)
- [Portaria GM/MS nº 7.437, de 3 de julho de 2025](#)
- [Portaria GM/MS nº 6.646, de 25 de fevereiro de 2025](#)
- [Portaria GM/MS nº 6.645, de 25 de fevereiro de 2025](#)

#### Resultados Finais PDIL publicados:

- [Portaria GM/MS nº 7.279, de 23 de junho de 2025](#)
- [Portaria GM/MS nº 8.475, de 20 de outubro de 2025](#)
- [Portaria GM/MS nº 6.644, de 25 de fevereiro de 2025](#)

## PROGRAMA E-COMMERCE.BR

O Programa E-commerce.BR, com conclusão prevista para 2026, tem como objetivo ampliar a participação de micro,

pequenas e médias empresas no comércio eletrônico, por meio da adoção de soluções inovadoras.

**Objetivo:** ampliar a participação de MPMEs no comércio eletrônico.

**Principais entregas em 2025:** qualificação e seleção de projetos inovadores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

#### Resultados e indicadores

- **20 projetos qualificados;**
- **9 iniciativas** selecionadas (entre os qualificados) para receber apoio financeiro de **R\$ 380 mil cada** destinado à implementação da fase piloto, iniciada em dezembro de 2025 (com atuação em 7 estados)
- Meta de **1.500 MPMEs atendidas até 2026**, sendo que a apuração desses dados ocorre de forma bianual por meio do edital do concurso e do monitoramento do programa.

## REVISÃO DO REGIME DE EX-TARIFÁRIOS

O Regime de Ex-tarifários consiste na redução temporária do Imposto de Importação incidente sobre bens de capital e bens de informática e telecomunicações sem produção nacional equivalente.

**Objetivo:** modernizar o parque produtivo nacional por meio do acesso a bens de capital e tecnologias sem produção nacional equivalente

**Entregas:** operação do regime sob os critérios da Resolução Gecex nº 512/2023, com análise criteriosa dos pleitos para ampliar o acesso a tecnologias essenciais à modernização produtiva

#### Resultados 2025:

- **15.642 Ex-tarifários vigentes** ao final de 2025;
- **Redução de 25%** no estoque, reforçando o uso eficiente do mecanismo e sua aderência aos objetivos de fortalecimento da base industrial brasileira.

A lista de Ex-tarifários vigentes é revisada mensalmente e consta no [Portal do Ex-tarifário](#), no site do MDIC.

## 2.3 INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL

Em 2025, o Ministério ampliou sua atuação na coordenação de ações de sustentabilidade por meio de estratégias nacionais, consultas públicas, fortalecimento da governança, articulação interinstitucional e interfederativa, formulação de programas e marcos normativos, e engajamento do setor produtivo e da sociedade civil. Essas ações integram simultaneamente as três dimensões da sustentabilidade. No **eixo ambiental**, avançou-se na redução de emissões, no uso eficiente de recursos e na promoção de padrões mais limpos de produção. No **eixo social**, priorizou-se a inclusão produtiva, a geração de empregos qualificados e o desenvolvimento territorial equilibrado. No eixo **econômico**, fomentou-se a competitividade, a inovação e a modernização da indústria brasileira, criando condições favoráveis a uma economia mais resiliente e de maior valor agregado.

### PROGRAMA MOBILIDADE VERDE E INOVAÇÃO (MOVER)

O Programa Mobilidade Verde e Inovação (MOVER), constitui a principal política pública para o setor automotivo brasileiro. Criado em 2024 e com vigência até 2028, busca alinhar a produção nacional às tendências globais de mobilidade sustentável.

Coordenado pelo MDIC, o programa tem como foco a **descarbonização, o aumento da eficiência energética, o**

**fortalecimento tecnológico e a segurança veicular**, alinhando a produção nacional às tendências globais de sustentabilidade.

O principal indicador de acompanhamento do programa é a variação da eficiência energética média dos veículos leves comercializados no País, métrica diretamente associada à redução do consumo de combustível e das emissões de gases de efeito estufa.

#### Resultados 2025:

- **+ 9,2%** de melhoria na eficiência energética (a meta previa uma redução de 2% no consumo energético médio em relação a 2023);
- **260** empresas habilitadas, entre montadoras e fabricantes de autopeças
- **R\$ 190 bilhões** em investimentos anunciados;
- **R\$ 3,8 bilhões em créditos concedidos em 2025, totalizando R\$ 6,8 bilhões desde a sanção da política.**

### PROGRAMA RENOVAÇÃO DE FROTAS

O Programa Renovação de Frotas estimulou a renovação de frotas de automóveis, caminhões e ônibus, com foco na sustentabilidade ambiental. A iniciativa incentiva a retirada de circulação de veículos mais poluentes, especialmente caminhões com mais de 20 anos de uso. O programa definiu critérios de escalonamento do incentivo conforme preço e categoria do veículo — caminhões leves, semileves, médios,

semipesados e pesados — e ônibus urbanos e rodoviários (capacidade de até 20 passageiros e mais de 20 passageiros).

Para adquirir um caminhão ou ônibus nessas categorias, o comprador deve entregar para descarte/reciclagem um veículo equivalente com mais de 20 anos de uso, contribuindo para a renovação da frota nacional. O desconto na compra é escalonado, com valores entre R\$ 33.600 (mínimo) e R\$ 99.400 (máximo), considerando o custo para aquisição do veículo antigo destinado à baixa e um valor residual aplicado na compra do veículo novo. A [Medida Provisória 1328](#), publicada em 16 de dezembro de 2025, garantiu [R\\$ 6 bilhões para o programa, volume que pode chegar a R\\$ 10 bilhões](#) com recursos adicionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas de juros entre 13% e 14% para autônomos e frotistas.

## PROGRAMA CARRO SUSTENTÁVEL COM IPI ZERO

Voltado ao consumidor final (pessoa física), o programa é uma política de incentivo fiscal instituída pelo [Decreto nº 12.549, de 10 de julho de 2025](#), com o objetivo de reduzir o preço de carros compactos de entrada que atendam a critérios de desempenho ambiental e de produção nacional. Para isso, o decreto fixou alíquota **zero de IPI** (Imposto sobre Produtos Industrializados) para veículos produzidos pela indústria automotiva nacional que cumpram quatro requisitos:

- 1. Baixa emissão de carbono:** emitir menos de 83 g de CO<sub>2</sub> por quilômetro rodado.
- 2. Reciclabilidade:** ter, no mínimo, 80% dos componentes fabricados com materiais recicláveis.
- 3. Produção nacional:** executar no Brasil todas as etapas principais (soldagem, pintura, motor e montagem).
- 4. Categoria:** o benefício se aplica a carros compactos (carros de entrada).

### PROGRAMA CARRO SUSTENTÁVEL

**IPI Zero** para carro de entrada  
51,5% de aumento nas vendas no varejo  
7,7% de aumento nas vendas diretas

## IPI VERDE

Além do IPI zero para os carros de entrada, o Governo Federal criou o IPI Verde para os demais veículos. Voltado a todo o mercado, o mecanismo diferencia as alíquotas do IPI de automóveis de passageiros e veículos comerciais leves para incentivar opções mais sustentáveis. As alíquotas diminuem para veículos com combustíveis de baixa intensidade de carbono, metas de eficiência energética e segurança veicular, e podem aumentar para produtos com características consideradas prejudiciais à sociedade. Na prática, híbridos, elétricos ou movidos a etanol pagam menos imposto, enquanto veículos mais poluentes ou menos seguros pagam mais.

## SELO VERDE BRASIL - CERTIFICAÇÕES DE PRODUTOS E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS

O Selo Verde Brasil, instituído pelo [Decreto nº 12.063/2024](#), tem como objetivo facilitar a comercialização de produtos e serviços sustentáveis e harmonizar exigências de sustentabilidade adotadas por governos e entes privados internacionais, que limitam o acesso de produtos brasileiros a mercados externos.

### Resultados 2025:

- Elaboração das **diretrizes gerais de sustentabilidade** para produtos e serviços;
- Estruturação do processo de capacitação das empresas, por meio de contrato de gestão e convênio com a **Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)**;
- Previsão de início da etapa de **certificação de produtos em julho de 2026**, por organismos acreditados pelo Inmetro.

## ADESÃO DE UNIDADES FEDERATIVAS AO SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA DE IMPACTO (SIMFACTO)

O [Sistema Nacional de Economia de Impacto \(Simfacto\)](#) - formalizado pelo MDIC em 19 de junho de 2024 – foi estabelecido com o objetivo de articular ações nos diferentes

níveis federativos para fortalecer a economia de impacto e interligar os comitês temáticos.

#### Resultados 2025:

- Lançamento, pelo MDIC, do [Cadastro Nacional de Empreendimentos de Impacto \(Cadimpacto\)](#), criando uma base pública para o mapeamento de negócios de impacto de todo o país.
- **1.460 empreendimentos cadastrados** até dezembro de 2025, provenientes de todos os estados brasileiros;
- Lançamento do [Portal Impacta Brasil](#), com **351 negócios selecionados e publicados** até sua apresentação na COP 30.

## COOP + PRODUTIVA: INOVAÇÃO, GESTÃO E GOVERNANÇA PARA COOPERATIVAS DE EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA

O projeto [Coopera + Amazônia](#), busca promover e impulsionar o desenvolvimento das cadeias produtivas do açaí, da castanha-do-Brasil, do babaçu e do cupuaçu da Amazônia Legal.

#### Resultados 2025:

- Seleção de **25 cooperativas**, atualmente em processo de validação pelo Fundo Amazônia;
- Elaboração do [Catálogo de Necessidades Tecnológicas](#) das cadeias produtivas de açaí, babaçu, cupuaçu e castanha-do-Brasil;

- Definição de indicadores baseados no número de cooperativas atendidas por ciclo bienal e na produção de diagnósticos técnicos sobre mecanização e projeções das cadeias produtivas;

Meta de atendimento: **25 cooperativas no Ciclo 1 (2025–2026)**.

## EMPRESAS APOIADAS PELO CENTRO DE BIONEGÓCIOS DA AMAZÔNIA (CBA)

Em 2025, **24 empresas** foram atendidas pelo [Centro de Bionegócios da Amazônia \(CBA\)](#), no âmbito de iniciativa apoiada pelo MDIC e pela ABDI para consolidar o CBA como polo de bioeconomia na Região Amazônica.

#### Resultados 2025:

- Realização de processo seletivo para startups do **Espaço CBA de Inovação (ECBAi)**;
- Seleção de empresas como **Amazoncure, Cellva e Buriti Aromas da Amazônia**.

## TAXONOMIAS DA INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO (CNAE C)

A [Taxonomia Sustentável Brasileira \(TSB\) para a Indústria da Transformação](#) (seção C da CNAE) é um catálogo técnico que define atividades econômicas de alto impacto, priorizando

a redução de emissões, eficiência energética e uso de matérias-primas circulares. O catálogo orienta investimentos e identifica setores como metalurgia, papel/celulose e biocombustíveis que contribuem para a mitigação da mudança do clima.

#### Resultados 2025:

- Criação de classificações para atividades circulares;
- Viabilização da mensuração da evolução da economia circular e da avaliação de seu desempenho ao longo do tempo;
- Estruturação de linhas de crédito direcionadas a essas atividades

## INFRAESTRUTURA DA QUALIDADE COMO INSTRUMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE E A SOCIOBIOECONOMIA

Em 2025, o MDIC atuou na iniciativa **IQ Sustenta – Sociobioeconomia da Amazônia**, com foco nas cadeias do açaí, da castanha-do-Brasil e do cacau. A atuação envolveu coordenação técnica e a elaboração de um Plano de Ação de Infraestrutura da Qualidade, voltado a ampliar o acesso a mercados, aumentar a confiança nos produtos e estimular práticas sustentáveis. A construção do plano foi feita com ampla articulação entre órgãos públicos, setor produtivo, academia e sociedade civil.

No eixo social e institucional, o MDIC também participou da articulação para adoção do **Selo Nós por Elas**, em parceria com o Instituto Nós por Elas e a ABNT. A iniciativa busca promover a equidade de gênero, prevenir a violência contra as mulheres e incorporar boas práticas de governança e de direitos humanos nas organizações, inclusive no setor público. Nesse contexto, foram realizados alinhamentos técnicos e institucionais para apoiar a adesão do MDIC ao Selo, a disseminação da cartilha de boas práticas e o planejamento de ações de sensibilização e comunicação.

## AVANÇOS EM SUSTENTABILIDADE NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Em 2025, o Grupo de Trabalho de Comércio e Sustentabilidade (GTCS) entregou o estudo “**Sustentabilidade no Comércio Exterior: Mapeamento de Ações, Iniciativas e Políticas Públicas no Brasil**”, que identificou avanços em normas, requerimentos técnicos e incentivos associados à sustentabilidade. Também apresentou um mapeamento dos ativos socioambientais do Brasil e do setor produtivo, abrangendo emissões de carbono, processos produtivos circulares, matérias-primas recicláveis e renováveis e energia renovável — resultado da tomada de subsídios com o setor privado. Destaca-se ainda a participação ativa em consultas públicas do Reino Unido e da União Europeia sobre seus mecanismos de ajuste de carbono na fronteira (CBAM).



## 2.4 INDÚSTRIA COMPETITIVA

### REDUÇÃO DO TEMPO DE DECISÃO DE PATENTES

O prazo para análise de pedidos de patentes no Brasil foi reduzido para 4,3 anos, em 2025. Em comparação com o prazo de 6,9 anos em 2022, o resultado alcançado representa uma **redução de 42% no tempo de decisão de patentes** junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Os resultados desse objetivo fortalecem o sistema de propriedade industrial brasileiro e contribuem para a melhoria do ambiente de negócios.

#### PATENTES MAIS RÁPIDAS

Redução do prazo de decisão de patentes, de 6,9 em 2022 para **4,3** em 2025.

### ADESÃO AO TRATADO DE BUDAPESTE

Em outubro de 2025, o Brasil deu mais um passo para se integrar ao sistema internacional de patentes ao aderir ao Tratado de Budapeste, que trata do depósito de microrganismos. A adesão permite que instituições brasileiras, como o INPI, atuem como Autoridades Depositárias Internacionais (IDA), facilitando o depósito de amostras de microrganismos para pedidos de patente e reduzindo custos e entraves logísticos.

### REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL

#### AGENDA DE REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL

A Agenda de Redução do Custo Brasil é o conjunto de prioridades e medidas coordenadas no âmbito do **Grupo de Trabalho de Custo Brasil (GT-CB) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)** para diminuir os custos sistêmicos que encarecem produzir, investir e exportar no Brasil.

#### Carteira de 44 projetos (posição ao final de 2025):

- 12 concluídos
- 8 em execução no MDIC
- 11 em monitoramento (outros órgãos)
- 13 em tramitação legislativa

#### Instrumento de Transparência:

**Observatório do Custo Brasil** - plataforma pública de acompanhamento com objetivo de proporcionar uma visão detalhada do impacto de cada projeto e os avanços necessários para que esses efeitos cheguem de fato ao setor produtivo.

#### Indicadores Relevantes

- Custo Brasil estimado: **R\$ 1,7 trilhão/ano (19,5% do PIB)**
- Brasil ocupa 16ª posição em competitividade (CNI 2023-2024)
- Última posição (18ª) em ambiente regulatório entre economias comparáveis

**Principais Entregas 2025:****Portal da Regulação**

- Plataforma única de consolidação de informações regulatórias
- Acesso às agendas regulatórias e consultas públicas
- Canal para envio de sugestões e propostas normativas
- Estímulo à previsibilidade e à participação social
- Resposta ao custo estimado de R\$ 150,1 bilhões de não conformidade regulatória (indústria)
- Maior transparência e simplificação da jornada do setor produtivo

**Selo de Boas Práticas Regulatórias – 3ª Edição**

- 27 atos normativos submetidos | 26 avaliados | 24 premiados
- 18 Selos Ouro | 6 Selos Prata
- 13 entidades participantes
- Desempenho médio:
  - 92% previsibilidade e transparência
  - 83% participação social
  - 85% coerência regulatória
- Total acumulado desde 2023: 87 selos concedidos

**Índice de Capacidade Institucional para Regulação (I-CIR)**

- 55 órgãos federais avaliados (↑31% em relação ao ciclo anterior)
- 29 itens de verificação organizados em 10 componentes
- Aprimora o diagnóstico da capacidade institucional e regulatória de órgãos e entidades reguladores, ao oferecer uma visão clara sobre o nível de maturidade regulatória no Brasil e as vulnerabilidades que demandam ajustes no sistema regulatório.
- Subsídio à Estratégia Regula Melhor

Mais informações disponíveis em [Variáveis de Acompanhamento](#), no Portal da Regulação.

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DA QUALIDADE (ENIQ)**

Lançada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) em maio de 2025, a Estratégia Nacional de Infraestrutura da Qualidade conta atualmente com **29 entidades envolvidas** e tem por objetivo utilizar a infraestrutura da qualidade como ferramenta estratégica transversal para apoiar políticas públicas e elevar a competitividade da indústria nacional.

O Plano de Ação da ENIQ, com visão integrada de metrologia, normalização, regulamentação técnica, avaliação da conformidade, acreditação e vigilância de mercado, prevê:

**Publicação das [resoluções que instituem a ENIQ](#)**

- 36 entregas

**PUBLICAÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS DO INPI**

A publicação da Política de Preços do INPI foi feita através da Portaria GM/MDIC nº 256, de 08 de outubro de 2025, que instituiu a Política de Preços dos Serviços Prestados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Essa política estabelece princípios, diretrizes e metodologia para a definição dos valores cobrados pelos serviços do INPI, representando um marco na modernização da gestão pública voltada à inovação e à competitividade no país. A nova política busca proporcionar transparência e previsibilidade para os usuários dos serviços de propriedade industrial.

## REPOSITÓRIO DE CLÁUSULAS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL EM EDITAIS DE FOMENTO

O MDIC, em parceria com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), vem buscando ampliar o impacto da propriedade intelectual nas agendas de sustentabilidade e transferência de tecnologia, além de avançar na produção de dados e estatísticas sobre o tema para basear políticas, programas e indicadores.

Com elaboração do [Repositório de cláusulas de Propriedade Industrial em Editais de Fomento](#), busca-se sensibilizar atores federais e estaduais para incorporação de cláusulas estratégicas de Propriedade Industrial em editais de fomento.

## PARCERIAS ESTRATÉGICAS E PROMOÇÃO DE EVENTOS EM BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Em 2025, o MDIC promoveu parcerias estratégicas com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) e a Licensing Executive Society Brasil (LES Brasil) para a realização de eventos e publicações voltados à propriedade intelectual, sustentabilidade e financiamento. No campo da governança

regulatória, o Ministério realizou e coordenou eventos nacionais e internacionais, como o **BPR em Foco**, o **Webinar da Rede Ibero-Americana e do Caribe de Melhoria Regulatória**, as 7ª e 8ª edições do **Diálogo sobre Boas Práticas Regulatórias e o XIV Encontro da Rede Ibero-Americana e do Caribe de Melhoria Regulatória**, que reuniram representantes do setor público, privado, academia e organismos internacionais, promovendo o intercâmbio de experiências, o debate sobre boas práticas regulatórias e o aprimoramento da governança.

## LANÇAMENTO DO LABORATÓRIO DE ENSAIOS DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS DO INMETRO

A ação tem como objetivo ampliar a capacidade nacional de ensaios técnicos e a confiabilidade de equipamentos de energia solar.

Em julho de 2025 ocorreu a [Inauguração](#) do laboratório, permitindo a realização de ensaios avançados no país.

Como resultado, espera-se a redução da dependência de testes no exterior e o aumento da segurança do consumidor e da confiabilidade do mercado de energia solar.

## INMETRO NA PALMA DA MÃO E SELO DIGITAL

Lançado pelo Inmetro em maio de 2025, durante reunião do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), a ferramenta digital **Inmetro na Palma da Mão, desenvolvida em parceria com a Casa da Moeda**, permite verificar a autenticidade do selo de produtos de alto risco, via QR Code e com uso de tintas especiais para segurança.

A implementação da ferramenta seguiu as diretrizes do MDIC para fortalecer a rastreabilidade, combater fraudes e ampliar a proteção ao consumidor. A adoção da tecnologia digital melhora a confiança do consumidor sobre a autenticidade dos produtos.

O uso inicial do aplicativo está voltado para capacetes, extintores e cilindros de Gás Nacional Veicular (GNV).

**6 milhões de selos digitais foram emitidos para quase 900 solicitantes.**

## DELEGACIA CIBERNÉTICA DO INMETRO

Em 2025, entrou em operação a unidade especializada da Delegacia Cibernética do Inmetro, em São Paulo, unidade criada para ampliar a fiscalização digital e combater fraudes no comércio on-line. O sistema utilizado pela Delegacia será o Guardiã Digital, que cruza dados com plataformas

de e-commerce e identifica produtos irregulares. Como resultado, espera-se ampliação da capacidade de fiscalização no comércio eletrônico, maior proteção ao consumidor, especialmente em períodos de alto volume de vendas, e maior confiança no ambiente digital.

## ISENÇÃO DA TAXA DE VERIFICAÇÃO METROLÓGICA DE TAXÍMETROS

A medida reduz custos para taxistas, isentando-os da taxa de verificação de taxímetros, no valor de R\$ 52, anteriormente cobrada pelo Inmetro.

Implementação da isenção instituída pela Lei nº 15.271/2025.

Espera-se, com a medida, uma economia anual de R\$ 9 milhões para taxistas, com manutenção da justiça tarifária ao consumidor e harmonização de procedimentos nos estados

## ESTRATÉGIA NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) foi instituída pelo o [Decreto n. 10.886, de 7 de dezembro de 2021](#), com o objetivo de coordenar e fortalecer o Sistema Nacional de Propriedade Intelectual (SNPI). A ENPI visa a organizar ações de longo prazo, promovendo a integração de

diversos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como da sociedade civil, para incentivar a criatividade, inovação, investimentos e a competitividade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Para a execução do acompanhamento contínuo pelo MDIC, há articulação com órgãos de governo e entidades da sociedade civil representados no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), composto por 13 ministérios ([Decreto nº 9.931/2019](#)).

Além das representações de órgãos públicos, há 24 entidades não governamentais habilitadas para participação no GIPI por um período de 2 anos, conforme publicado na [Resolução GIPI/MDIC nº 11/2024](#).

O Plano de Ação 2025-2027 da Estratégia foi aprovado pela [Resolução GIPI/MDIC nº 14/2025](#). O atual Plano de Ação conta com a participação de 18 órgãos de governo e 21 entidades da sociedade civil coordenando 140 entregas sob a sua responsabilidade.

Em 2025, foram concluídas as atividades do **Grupo Técnico de Propriedade Intelectual e Sustentabilidade do GIPI**, responsável por elaborar propostas que integrem propriedade intelectual às políticas de meio ambiente, mudanças climáticas, bioeconomia, indústria e inovação. O grupo entregou ações para a internalização do **Tratado de Budapeste**, artefatos para a internalização do **Tratado da OMPI sobre Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado** e a

publicação de edição especial da **Revista da ABPI** sobre PI e Sustentabilidade, lançada no MDIC em novembro de 2025.

O **Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial (GTIPI)** concluiu estudo voltado à sustentabilidade, alinhado à Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), às diretrizes do CNDI e à **Nova Indústria Brasil (NIB)**. Destaca-se a publicação, em julho de 2025, do estudo de prospecção tecnológica e inteligência estratégica sobre baterias, voltado a subsidiar políticas públicas relacionadas à bioeconomia, descarbonização e transição energética, em consonância com a Missão 5 da NIB.

Para mais informações, acesse [Radar Tecnológico e Estudos Setoriais](#).

## 2.5 INDÚSTRIA INCLUSIVA

Em 2025, o MDIC ampliou sua atuação em agendas de inclusão por meio de articulação interinstitucional, governança participativa e apoio à implementação de iniciativas estratégicas.

### PROGRAMA RAÍZES COMEX

Política pioneira de **inclusão racial no comércio exterior**

O Programa Raíces Comex é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) que visa a aumentar a participação de pessoas negras no comércio exterior brasileiro. Com o apoio de parcerias estratégicas entre entidades públicas, privadas e organismos internacionais, o Raíces Comex promoverá ações de disseminação da cultura exportadora, capacitação profissional, promoção comercial e geração de conhecimento, com o objetivo de fortalecer a representatividade racial nas empresas exportadoras.

**Resultados 2025:**

- +1.170 vagas em capacitações
- 20 empresas reconhecidas
- Plataforma de empregabilidade lançada
- Política pública pioneira na promoção da inclusão racial no comércio exterior brasileiro.

### PROGRAMA ELAS EXPORTAM

Programa de mentorias que apoia a inserção de empresas lideradas por mulheres no comércio exterior, ampliando a participação feminina nas exportações.

**Resultados 2025:**

- 415 mulheres impactadas
- 5ª edição em curso
- Prêmio OMC – Igualdade de Gênero (2025)

O programa busca enfrentar o desafio destacado no estudo inédito da SECEX “Mulheres no Comércio Exterior, Uma Análise para o Brasil”, que revelou que apenas 14,5% das empresas exportadoras possuem maioria feminina em seus quadros societários.

### EMPREENDEDORAS TECH

Em duas edições, o programa alcançou 85 mulheres. A terceira edição, iniciada em novembro de 2025, está acelerando 100 startups de liderança feminina.

O programa fortalece e dissemina o empreendedorismo inovador de base tecnológica em micro e pequenas empresas lideradas por mulheres.

## ESTRATÉGIA NACIONAL DE ECONOMIA DE IMPACTO

- 2 mil negócios apoiados com recursos de R\$ 250 milhões
- 1.453 negócios cadastrados no Cadimpacto

## SIMPACTO - SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA DE IMPACTO

- Alinha as legislações estaduais e municipais à Enimpecto
- Cinco estados aderiram ao Simpecto: Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Destacam-se a participação do MDIC nos comitês do **Programa Rotas Negras**, o apoio à agenda do **Plano de Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres** e a atuação na edição inaugural do **Governo na Rua**, em parceria com a Secretaria de Gestão e Inovação (SGP), ampliando o diálogo direto com a população.

No âmbito da mobilização social e cultural, o Ministério participou de eventos como o Transforma Pride (Recife/PE), a **Zwanga Fashion Week / Macapá Fashion Week** (Macapá/AP) e o **Encontro Reafro** (Rio de Janeiro/RJ), iniciativas que promoveram diversidade, economia criativa, valorização cultural e fortalecimento comunitário.



# CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO



## 3.1 TRANSPARÊNCIA

### OUVIDORIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS: AÇÕES DE GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA NO MDIC

O relacionamento do MDIC com o ambiente externo fundamenta-se em uma atuação orientada pela transparência, pelo acesso à informação e pela participação social. Esse diálogo é promovido por meio de canais institucionais como o [portal do Ministério](#), as redes sociais e os mecanismos formais de atendimento ao cidadão, a exemplo da Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que asseguram a comunicação com a sociedade e a divulgação das ações, políticas, programas e serviços ministeriais.

Quanto à relação do Ministério com os destinatários de seus serviços, destacam-se o [portal institucional](#), que disponibiliza informações em transparência ativa, conteúdos atualizados e notícias sobre políticas, ações e programas do Ministério; as redes sociais, que exercem papel relevante na divulgação de iniciativas e no engajamento com a sociedade; e os canais de atendimento ao cidadão, como o [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#) e a [Ouvidoria](#), que se configuram como instrumentos fundamentais de comunicação com os usuários das políticas e dos serviços ministeriais.

A Ouvidoria atua como canal institucional de interlocução entre o Ministério, a sociedade e o corpo funcional,

promovendo a escuta qualificada, a mediação de conflitos e o acolhimento de manifestações internas e externas. É responsável por acolher, tratar e responder demandas sobre ações, políticas, programas, serviços e a atuação de agentes públicos, além de gerir os canais de Ouvidoria (Lei nº 13.460/2017) e o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC (Lei nº 12.527/2011).

Também exerce papel educativo, fomenta a cidadania e contribui para a ética, a integridade, a governança e a transparência, monitorando dados abertos, e-Agendas, a Carta de Serviços, a publicação de informações em transparência ativa e a adequação do Ministério à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018.

### ATUALIZAÇÃO E GOVERNANÇA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Em dezembro de 2025, a Ouvidoria do MDIC revisou e atualizou os serviços públicos no [Portal Gov.BR](#) (Carta de Serviços), dando continuidade ao projeto de governança em serviços públicos. A iniciativa, desenvolvida com as áreas técnicas, prevê a qualificação dos 48 serviços prestados pelo órgão ao longo de 2026, com informações atualizadas, acessíveis e em linguagem cidadã, em conformidade com os princípios de transparência e melhoria contínua.

## TRANSPARÊNCIA ATIVA E ACESSO À INFORMAÇÃO

No que se refere à supervisão das informações disponibilizadas na página “Acesso à Informação” do site institucional, em conformidade com o disposto no Guia de Transparência Ativa da CGU, dos 49 itens de cumprimento obrigatório, 46 estão em cumprimento. Os demais itens estão sendo ajustados de modo que seja possível atender integralmente os requisitos no primeiro semestre de 2026.

## RESULTADOS DA ATUAÇÃO DA OUVIDORIA

### OUVIDORIA MDIC - TOTAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2025

| OUVIDORIA | SIC | TOTAL |
|-----------|-----|-------|
| 787       | 760 | 1547  |

### MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA 2025 - LEI Nº 13.460/2017

| RECEBIDAS | ENCAMINHADAS | MANIFESTAÇÕES DE<br>COMPETÊNCIA DO MDIC |
|-----------|--------------|---|
| 787       | 382          | 405                                     |

### PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO 2025 - LEI Nº 12.527/2011

| RECEBIDOS | ENCAMINHADOS | PEDIDOS DE INFORMAÇÃO DE<br>COMPETÊNCIA DO MDIC |
|-----------|--------------|---|
| 760       | 268          | 492   |

### RECURSOS 2025 - LEI Nº 12.527/2011

| 1ª INSTÂNCIA | 2º INSTÂNCIA | 3ª INSTÂNCIA | 4ª INSTÂNCIA |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 42           | 18           | 11           | 5            |

## 3.2 INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO

O MDIC integrou, em 2025, o Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027, coordenado pela Controladoria-Geral da União (CGU), reforçando seu compromisso com a ética pública, a transparência ativa e o fortalecimento dos mecanismos de governança.

No exercício, foram concluídas duas ações estruturantes: o aprimoramento da transparência ativa do comércio exterior e o fortalecimento dos programas de integridade privada, este último conduzido pelo BNDES. As iniciativas ampliam a previsibilidade institucional, reduzem riscos e fortalecem a confiança do setor produtivo e da sociedade nas políticas públicas conduzidas pelo Ministério.



## 3.3 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos no Ministério constitui um pilar da governança e orienta a tomada de decisões estratégicas, em conformidade com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1, de 10 de maio de 2016.

No MDIC, foi instituído o Subcomitê de Gestão de Riscos, no âmbito do Comitê de Governança Estratégica (CGE), que delibera, de forma colegiada e compartilhada, sobre o tratamento de riscos e oportunidades institucionais.

O MDIC adota uma [Política de Gestão de Riscos e uma Metodologia de Gestão de Riscos](#), ambos os normativos aprovados pelo CGE.

Por meio dessa instância de governança, a instituição fortalece sua capacidade de antecipar eventos que podem afetar a implementação de políticas públicas, a eficiência operacional, a integridade e a credibilidade do órgão.

A abordagem adotada é integrada e abrange dimensões institucionais, operacionais, orçamentárias, contratuais, interorganizacionais e estratégicas, combinando ações preventivas, mecanismos de mitigação e o aproveitamento de oportunidades.

Para mais detalhes, consulte a [página do MDIC de Resoluções dos Colegiados](#).

### RISCOS DE INTEGRIDADE

Para endereçar os principais riscos institucionais relacionados à integridade e à conduta ética no Ministério, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implementação de medidas preventivas e orientativas previstas no [Plano de Integridade do MDIC](#), com foco na identificação, tratamento e mitigação de situações de potencial conflito de interesses.
- Adoção das medidas previstas no [Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços](#), em articulação com as diretrizes do Plano de Integridade do MDIC.

### RISCOS CORREICIONAIS

Em 2025, a Corregedoria do MDIC implementou um conjunto integrado de ações voltadas ao fortalecimento da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na gestão dos recursos públicos. Entre essas ações, destacam-se: a execução de atividades de gestão de riscos

com foco em ilícitos disciplinares, o acompanhamento de procedimentos de responsabilização de servidores e de entes privados, além da realização de diagnósticos de integridade e outras iniciativas correlatas.

Foi conduzido um estudo interno de gestão de riscos correcionais, em atendimento aos requisitos do Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Idecor) estabelecidos pela Portaria Normativa CGU nº 181/2024. Utilizando como referência o Manual Prático de Gestão de Riscos de Ilícitos Administrativos Disciplinares, da Controladoria-Geral da União (CGU), foi feita a análise de processos disciplinares, categorização de eventos de risco e sistematização de informações relevantes da Corregedoria.

### AÇÕES REALIZADAS E RESULTADOS

As ações realizadas, como a análise de gestão de risco correcional, as instaurações de Investigações Preliminar Sumárias (IPS), a condução e conclusão de processos administrativos disciplinares e de responsabilização de empresas, e a promoção de iniciativas de integridade, evidenciaram a dedicação do órgão em consolidar uma gestão pública eficiente e responsável. Os avanços obtidos mostram a busca contínua por melhorias nos processos internos e no engajamento dos servidores. Essas iniciativas fortalecem não

apenas o ambiente organizacional, mas também a confiança da sociedade na administração pública.

Os resultados alcançados ao longo do período de 2023 a 2025 foram expressivos. As multas aplicadas e recolhidas de pessoas jurídicas processadas em correições parciais totalizam **R\$ 12.822.363,17** (doze milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e três reais e dezessete centavos) —, sendo **R\$ 9.914.200,47** (nove milhões, novecentos e quatorze mil e duzentos reais e quarenta e sete centavos) correspondentes às multas efetivamente recolhidas, e **R\$ 2.908.162,70** (dois milhões, novecentos e oito mil, cento e sessenta e dois reais e setenta centavos) referentes às multas aplicadas ainda em fase de execução. Destaca-se, ainda, a conclusão de processos administrativos disciplinares (PAD) em 2025.



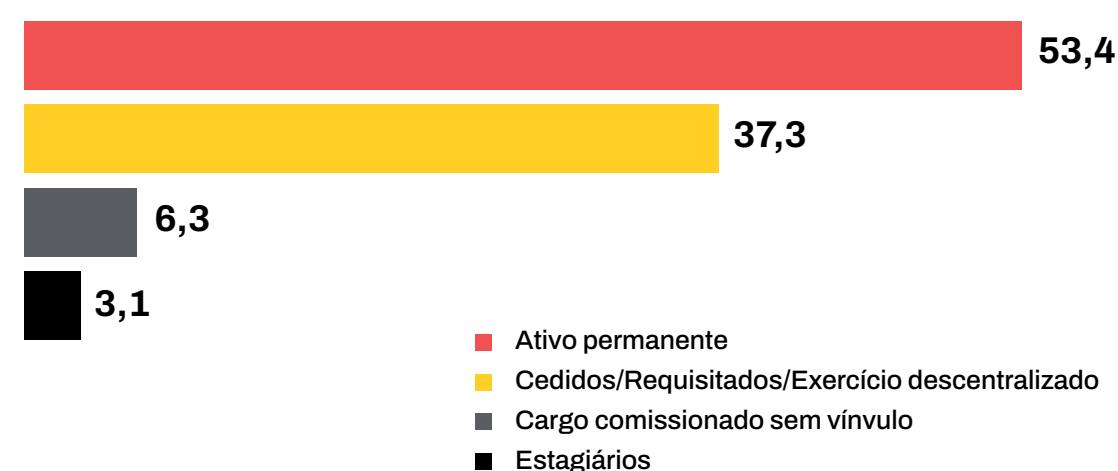
# 3.4 GESTÃO DE PESSOAS

Em 2025, o MDIC desenvolveu um conjunto articulado de iniciativas voltadas ao fortalecimento de seu quadro de pessoal, contemplando ações de ingresso, alocação, desenvolvimento e valorização dos servidores.

## FORÇA DE TRABALHO

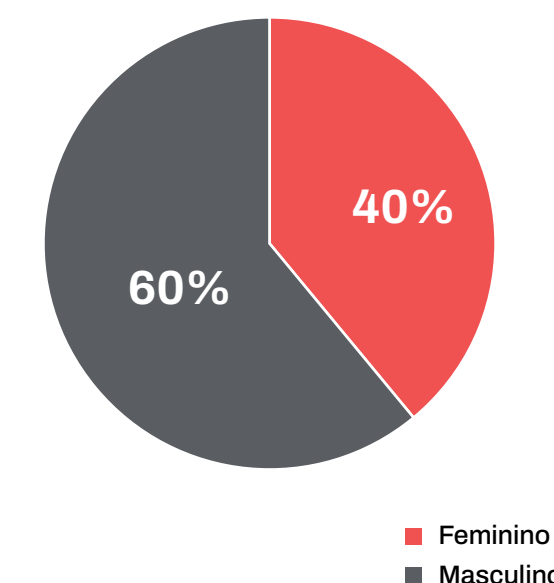
No que diz respeito à força de trabalho<sup>1</sup>, o Ministério conta majoritariamente com servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e da carreira de Analista de Comércio Exterior (ACE). A força de trabalho é complementada por empregados públicos, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo e, ainda, com servidores de outros órgãos, na condição de cedidos, requisitados ou em exercício descentralizado.

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL (PART. %)

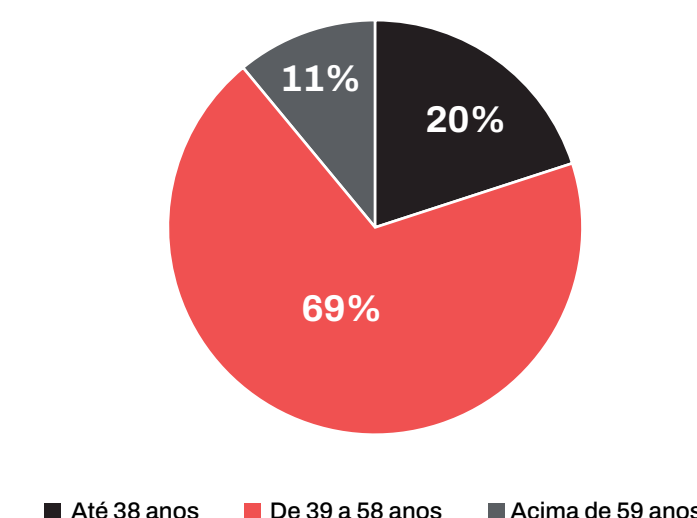


Em 2025, o número de servidores e estagiários foi igual a 691. Em termos de composição por gênero e faixa etária, não houve alteração significativa em relação a 2024. Desses, 60% são homens e 40%, mulheres. 20% têm até 38 anos, 69% têm de 39 a 58 anos, e 11% têm 59 anos ou mais. Adicionalmente, 24 agentes públicos podem se aposentar a qualquer tempo.

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO (PART. %)



COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA ETÁRIA (PART. %)



<sup>1</sup> Em relação aos indicadores levantados, não há como considerar os resultados aferidos em 2018 no contexto do extinto-MDIC, tendo em vista que entre 2018 e 2023, houve a extinção do Ministério, seguida da absorção de competências pelo Ministério da Economia e a posterior recriação do MDIC apenas no início de 2023, com estrutura bastante diversa em relação ao Ministério de 2018.

## PERFIL DA OCUPAÇÃO DOS CARGOS DE LIDERANÇA

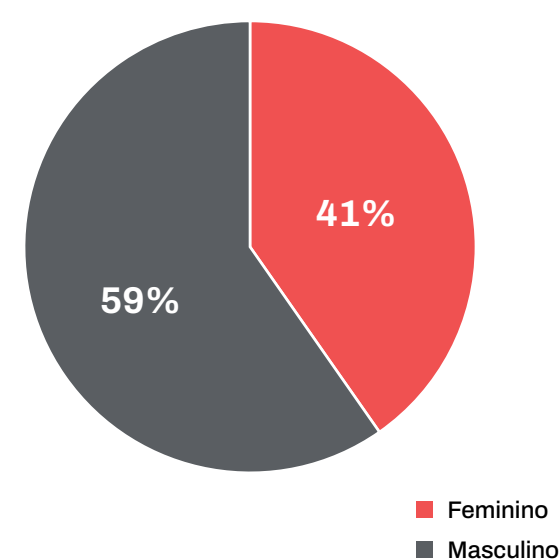
Além desses dados, no ano de 2025 foram levantadas informações da composição das posições de liderança, tanto por recorte de **gênero** quanto por percentuais de **pessoas negras (pretas/pardas)**.

Como se pode observar dos gráficos, o percentual de mulheres em cargos e funções de liderança é equivalente ao percentual de mulheres atuantes no ministério.

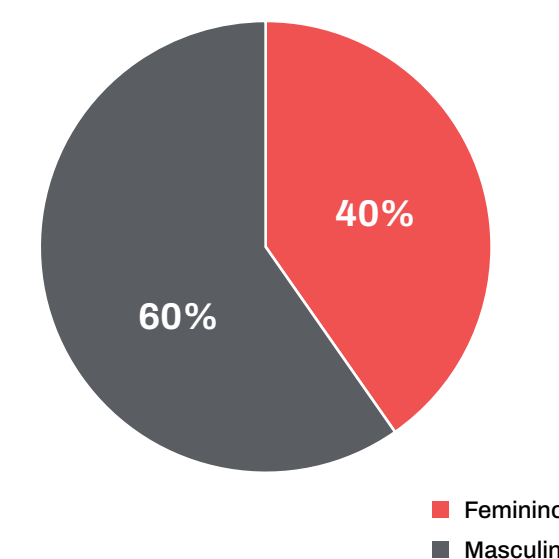
Como se pode observar dos gráficos, o percentual de mulheres em cargos e funções de liderança é equivalente ao percentual de mulheres atuantes no ministério.

**Metade (49,5%) das pessoas pretas e pardas do MDIC ocupa posições de liderança (CCE/FCE 1 a 17).**

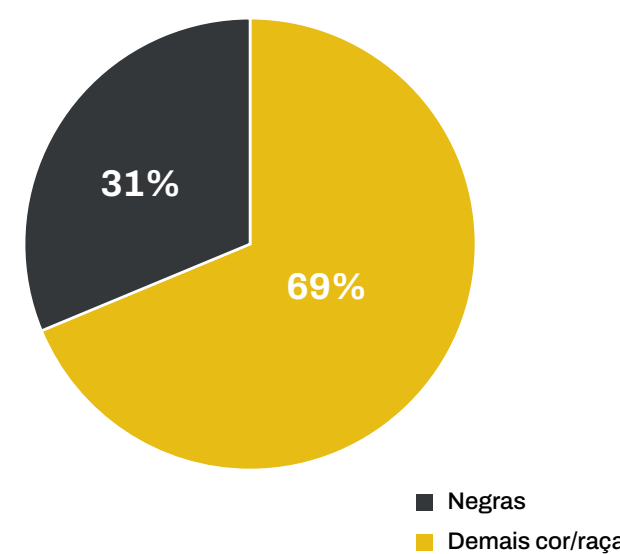
PERCENTUAL DE PESSOAS POR GÊNERO EM CARGOS E FUNÇÕES DE LIDERANÇA (CCE/FCE 1 A 12)



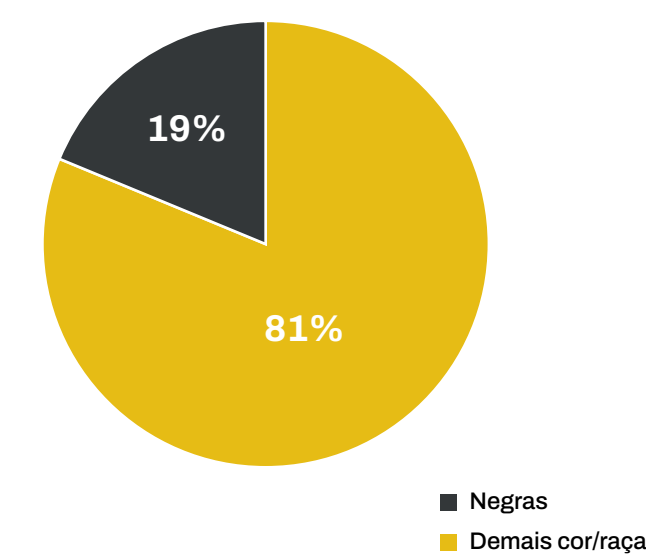
PERCENTUAL DE PESSOAS POR GÊNERO EM CARGOS E FUNÇÕES DE LIDERANÇA (CCE/FCE 13 A 18)



PERCENTUAL DE PESSOAS NEGRAS (PRETAS/PARDAS) EM CARGOS E FUNÇÕES DE LIDERANÇA (CCE/FCE 1 A 12)



PERCENTUAL DE PESSOAS NEGRAS (PRETAS/PARDAS) EM CARGOS E FUNÇÕES DE LIDERANÇA (CCE/FCE 13 A 18)



## ATRAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES

Com o objetivo de fortalecer seu quadro pessoal, o MDIC aderiu à primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), modelo inovador de seleção coordenado pelo MGI. O planejamento original previa o preenchimento de 110 vagas estratégicas.

No ciclo de 2025, o ministério registrou a posse de 73 candidatos. Desses, 8 solicitaram vacância ou exoneração, restando 65 empossados. A tabela ao lado detalha o cenário descrito.

Para suprir o déficit e completar o quadro técnico (vagas remanescentes), novas convocações foram realizadas com o seguinte planejamento:

- Analistas Técnico-Administrativos (ATAs) e Economistas: nomeação de 73 Analistas Técnico-Administrativos, com posse a partir de 11 de dezembro de 2025, e de 3 Economistas, com posse a partir de 18 de dezembro de 2025.
- Analistas de Comércio Exterior (ACE) (Segunda Chamada): um novo grupo de 28 candidatos foi convocado, com início do curso de formação em janeiro de 2026.

Além das providências administrativas necessárias à posse e ao exercício, houve especial atenção à recepção e ambientação dos novos servidores, com ações voltadas à apresentação da estrutura organizacional, das competências institucionais e das oportunidades de desenvolvimento. O objetivo foi promover uma experiência inicial positiva, fortalecendo o vínculo com a instituição e estimulando o engajamento desde o ingresso.

| Cargo                                 | Vagas Homologadas | Posses (2025) | Vacâncias | Saldo Efetivo |
|---------------------------------------|-------------------|---------------|-----------|---------------|
| Analista de Comércio Exterior (ACE)   | 50                | 36            | 2         | 34            |
| Analista Técnico-Administrativo (ATA) | 50                | 30            | 5         | 25            |
| Economista                            | 10                | 07            | 1         | 06            |
| <b>Totalzz</b>                        | <b>110</b>        | <b>73</b>     | <b>8</b>  | <b>65</b>     |

Paralelamente, diferentes unidades do MDIC realizaram processos seletivos internos com vistas à atração de novos servidores para áreas estratégicas, utilizando:

- A plataforma SouGov, em processos abertos a servidores em geral; e
- O Sistema de Gestão de Carreiras (SGC), direcionado às carreiras transversais.

## PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

No campo da qualificação profissional, o Ministério manteve atenção ao planejamento estruturado do desenvolvimento de pessoas, por meio da elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP). As unidades foram orientadas a identificar e consolidar suas necessidades formativas para o exercício, assegurando alinhamento entre as capacitações propostas e as prioridades estratégicas do órgão.

No tocante à execução, destacam-se as seguintes ações:

- Contratação de 50 vagas para curso de idiomas na plataforma Lingopass;
- Concessão de afastamento para participação Programa de Mestrado em Administração e Políticas Públicas em Aveiro, Portugal;
- Concessão de Licenças para Capacitação para elaboração de tese de doutorado (temas: Economia política, desenvolvimento e meio ambiente; e Cooperação internacional e políticas públicas);
- Realização de MBA em Economia;
- Realização de cursos avançados de Python e Excel, com foco em análise de dados e automação de processos;
- Capacitações técnicas em Emendas Parlamentares, Termo de Execução Descentralizada (TED), TransfereGov, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) com uso de inteligência artificial;

- Curso de Extensão em Altos Estudos em Defesa. Adicionalmente, servidores participaram de workshops e seminários de relevância nacional e internacional, tais como:

- Seminário de Cooperação em Indústrias de Novas Energias;
- Ação de desenvolvimento no Laboratório de Política Climática, nos Estados Unidos;
- Workshop Latino-Americano sobre a Mensuração do Comércio Digital de Bens e Serviços, no Chile.

2. Modalidade teletrabalho integral: 141 agentes públicos;
3. Modalidade teletrabalho parcial: 237 agentes públicos; e
4. Modalidade presencial: 131 agentes públicos.

## PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD)

Com a publicação da Portaria SE/MDIC nº 262, de 12 de agosto de 2024, o PGD passou a ser obrigatório para todos os agentes públicos em exercício no MDIC, exceto:

- Agentes públicos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de nível 14 e superiores;
- Agentes públicos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de nível 13, que poderão optar por participar na modalidade presencial ou teletrabalho parcial. Excepcionalmente poderão ser autorizados pelo Ministro da Pasta a participar da modalidade teletrabalho de execução integral.

Ao todo, **527** servidores participavam do PGD-MDIC em 31 de dezembro de 2025, distribuídos da seguinte forma:

1. Modalidade teletrabalho no exterior: 18 agentes públicos;

## 3.5 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2025, o Ministério celebrou 7 parcerias de transferências discricionárias e legais, totalizando a quantia de R\$ 5 milhões, e 5 Termos de Execução Descentralizada, na quantia total de R\$ 2,5 milhões, destinadas a ações de capacitação profissional, fortalecimento de cadeias produtivas, promoção da inovação, desenvolvimento e disseminação de normas técnicas, estudos aplicados à Política Nacional de Economia de Dados e incentivo ao uso de BIM (*Building Information Modelling*) por pequenas e médias empresas da construção civil.

O Ministério também incorporou as regras e tarifas do **Regime Simplificado ao Contrato de Prestação de Serviços** firmado com a Caixa Econômica Federal, medida que uniformizou procedimentos, conferiu maior celeridade à gestão dos serviços relacionados às transferências, reduziu custos e fortaleceu a eficiência administrativa e a segurança jurídica.

As contratações do MDIC integram-se ao modelo ColaboraGov, plataforma de serviços compartilhados que centraliza compras e padroniza processos entre ministérios. Esse modelo gera ganhos de eficiência e economia, fortalece transparência e controle por meio de dados integrados, reduz burocracia ao eliminar sistemas isolados e alinha a gestão pública à nova Lei de Licitações.

Para maiores detalhes sobre contratos realizados pelo ColaboraGov dos quais o MDIC é parte, consulte o [Portal Nacional de Compras Públicas \(PNCP\)](#). Para contratos realizados diretamente pelo MDIC, consulte a página de [Contratos](#) dentro do PNCP.

## 3.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Em 2025, o MDIC intensificou suas ações voltadas ao aprimoramento da gestão administrativa, com foco na racionalização de recursos, modernização de ambientes e fortalecimento da infraestrutura institucional. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se a **otimização do processo de aquisição de passagens aéreas**, a **condução integrada das obras e reformas prediais** em parceria com o MGI, priorizando o uso eficiente de recursos e mobiliários obtidos por doações, e a **atualização tecnológica dos espaços de reunião** por meio da aquisição de novos equipamentos de videoconferência.

O Ministério implementou medidas para otimizar os gastos com passagens aéreas. Em 1º de outubro de 2025, o Ministério aderiu à modalidade da Compra Direta de passagens aéreas nacionais do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) – administrado pela Central de Compras (SEGES/ MGI). Essa ação, somada à adoção de diretrizes internas para racionalização dos procedimentos de solicitação de viagens institucionais, resultaram **economia média total de 42% nos trechos de ida e de 40% nos trechos de volta**.

As demandas de reformas e adequações de espaços físicos conduzidas de forma integrada entre as unidades do MDIC e

do MGI. As intervenções realizadas foram viabilizadas com recursos já existentes do MDIC, assegurando racionalidade e responsabilidade na execução orçamentária. As obras e serviços foram contratados por meio do ColaboraGov, seguindo a lógica de otimização de custos e o aproveitamento das capacidades operacionais e econômicas das empresas participantes, o que permitiu entregas eficientes, econômicas e alinhadas aos princípios da administração pública.

Adicionalmente, com o objetivo de aprimorar tecnicamente os espaços compartilhados utilizados pelas unidades do MDIC, foram adquiridos equipamentos destinados à modernização das salas de reuniões, como sistemas de áudio e vídeo, projetores, telas de exibição, computadores de apoio e demais dispositivos de suporte tecnológico. A iniciativa busca assegurar melhores condições para a realização de reuniões, apresentações, videoconferências e atividades de coordenação, proporcionando maior qualidade técnica e suporte adequado às atividades institucionais.

## 3.7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2025, foram promovidos aprimoramentos nos serviços digitais, no fortalecimento da segurança da informação e na otimização do uso de recursos públicos, com impactos diretos na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Entre os principais resultados, destacam-se:

- Execução de 20 projetos de desenvolvimento ou evolução de sistemas e soluções de dados, ampliando e qualificando serviços digitais utilizados por cidadãos, empresas e órgãos governamentais. Ex.: Portal Impacta Brasil; Monitor de Boas Práticas Regulatórias - Monitor BPR; Cadastro Nacional de Empreendimentos de Impacto - CADIMPACTO; Lina, assistente virtual de Comércio Exterior; Implementação da Estrutura Referencial de Sistemas. Migração e atualização de segurança de 10 soluções, garantindo maior eficiência e proteção.
- **Renovação de aproximadamente 54% do parque computacional**, por meio de substituição ou recondicionamento de equipamentos, assegurando melhores condições de trabalho e maior produtividade das equipes responsáveis pelos serviços ao cidadão.
- **Economia estimada de R\$ 540 mil**, decorrente do recondicionamento de 120 computadores.

- Entrega de soluções estratégicas em prazos reduzidos, com a Estrutura Referencial de Sistemas para desenvolvimento de soluções, o que trouxe padronização, redução de custos e maior confiabilidade.

Os resultados dessas ações foram monitorados por indicadores previamente estabelecidos, cujas metas foram superadas em 2025:

- **Índice de conclusão de projetos de TI:** meta 65%, resultado 71%.
- **Percentual de execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI):** meta 70%, resultado 73%.
- **Entregas do plano de transformação digital:** meta 70%, resultado 72%.

## 3.8 SUPERVISÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

As principais entidades supervisionadas e vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) são autarquias e órgãos voltados à regulação, propriedade intelectual e desenvolvimento regional.

**Entidades vinculadas** ao MDIC ampliam seu alcance e atuação:

- Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**Entidades supervisionadas** sem fins lucrativos atuam por meio de contratos de gestão e recebem recursos para execução de projetos de interesse público:

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)
- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

**Supervisão Ministerial** também se estende ao contrato com a Fundação Universitas de Estudos Amazônicos (FUEA),

responsável pela gestão do Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA).

Para maiores informações, consulte o site do MDIC em [Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais e Entidades Vinculadas](#).

### INSTRUMENTOS DE GESTÃO DAS ENTIDADES SUPERVISIONADAS

O MDIC utiliza diferentes instrumentos de gestão em sua atividade de acompanhamento das entidades supervisionadas. Os instrumentos variam conforme a natureza jurídica da entidade e a existência ou não de contrato de gestão firmado com a União. Entre eles, destacam-se o Contrato de Desempenho firmado **com o Inmetro e os Contratos de Gestão firmados com a ABDI, a Apex-Brasil e FUEA**.

## 3.9 ATUAÇÃO JUNTO AO PODER LEGISLATIVO

Em 2025, o MDIC acompanhou de forma ativa um conjunto amplo e estratégico de proposições legislativas no Congresso Nacional, com impacto direto sobre a indústria, o comércio, os investimentos, a inovação, a sustentabilidade e o ambiente de negócios no Brasil. Esse trabalho ocorreu por meio do acompanhamento contínuo e da articulação estratégica em torno de proposições legislativas alinhadas às prioridades do Ministério.

Na **Agenda da Indústria**, destacaram-se a transformação em norma jurídica do PRESIQ e o avanço da política de Internet das Coisas. Já na **Agenda Verde**, houve progresso significativo na pauta da Economia Circular, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e segue em tramitação no Senado Federal. No âmbito da **Agenda de Redução do Custo Brasil**, avançaram temas essenciais como a sanção da Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 108/2024), das medidas de redução de litígios tributários (PLP 125) e do novo marco de Licenciamento Ambiental, além do avanço do PLP 124/2022. Na **Agenda de Propriedade Intelectual**, a internalização do Tratado de Budapeste fortaleceu a

segurança jurídica para inovação e pesquisa. Em **Comércio Exterior**, foram sancionadas iniciativas estratégicas, como o Programa Acredita Exportação com Drawback de Serviços, a prorrogação do Drawback do Rio Grande do Sul e a reciprocidade ambiental. Além disso, avançaram proposições sobre Crédito à Exportação e Comércio Exterior de Mercadorias, ambas já aprovadas no Senado.

No campo **internacional e federativo**, a atuação articulada contribuiu para a internalização de acordos relevantes, incluindo o Roaming Mercosul, os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos e os acordos contra Dupla Tributação com Índia e Guiana. Também avançaram temas como Comércio de Serviços e Comércio Eletrônico do Mercosul e a Convenção Aduaneira sobre Transporte Internacional de Mercadorias – TIR, além do acompanhamento contínuo de propostas em tramitação, como o Protocolo de Contratos de Consumo do Mercosul e normas sobre Aeronaves Civis.

Paralelamente, a articulação política possibilitou a captação de R\$ 7,3 milhões em emendas parlamentares individuais. Esses recursos estão sendo executados por unidades e entidades vinculadas ao MDIC, como SECEX, SDIC, INMETRO, SCPR e ABDI, em parceria com instituições federais e estaduais, fortalecendo a capacidade de entrega do Ministério e ampliando seus resultados estratégicos.

Entre os principais resultados, destacam-se:

- PLP 167/2024 (Acredita Exportação);
- PL 2088/2023 (Reciprocidade Econômica);

- PL 2159/2021 (Licenciamento Ambiental);
- PDL 609/2021 (Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Índia);
- PDL 610/2021 (Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Guiana);
- PDL 159/2022 (Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional no Mercosul);
- PDL 466/2022 (Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes);
- PDL 391/2024 (Protocolo que altera a Convenção Brasil–Índia sobre Dupla Tributação e Evasão Fiscal).

Também se destacam medidas provisórias como a MPV 1304/2025, que trata da redução dos impactos tarifários para os consumidores de energia elétrica, e a MPV 1305/2025, que isenta a cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

Outras proposições relevantes incluem:

- PDL 394/2024 (Acordo Marco do MERCOSUL de Reconhecimento Recíproco e Outorga de Matrículas para o Exercício Profissional Temporário de diversas áreas técnicas);
- PDL 395/2024 (Acordo sobre Comércio Eletrônico do MERCOSUL);
- PDL 171/2022 (Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL);

- PL 327/2021 (Programa de Aceleração da Transição Energética – PATEN);
- PLP 68/2024 (institui o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo);
- PDL 655/2025 (Convenção Aduaneira sobre Transporte Internacional de Mercadorias – TIR);
- PL 892/2025 (Institui o PRESIQ e dispõe sobre o REIQ);
- PL 4635/2024 (prorrogação de benefícios tributários relacionados a telecomunicações);
- PLP 125/2022 (prevenção de litígios tributários); e
- PLP 108/2024 (regulamentação da Reforma Tributária).

A atuação do Ministério envolveu articulação permanente com a Casa Civil, parlamentares, lideranças partidárias, comissões temáticas e relatores. Esse trabalho ocorreu por meio de reuniões técnicas, interlocuções institucionais, acompanhamento de votações em comissões e no plenário, além da elaboração de notas técnicas e subsídios para embasar decisões legislativas.

Além das matérias já aprovadas e sancionadas, o Ministério mantém monitoramento contínuo de proposições ainda em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, especialmente aquelas relacionadas à economia circular, bioeconomia, inovação tecnológica, fertilizantes, inteligência artificial, crédito à exportação, reciclagem, tributação, patentes e comércio exterior. Esse acompanhamento reforça o compromisso do MDIC com uma agenda legislativa alinhada ao desenvolvimento sustentável, à geração de empregos, à

segurança jurídica e ao fortalecimento da economia brasileira, sempre com foco nos benefícios para a sociedade.

## INTEGRAÇÃO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

Em 2025, o MDIC atuou de forma ativa e contínua na articulação com estados e municípios, apoiando agendas federativas voltadas ao desenvolvimento econômico local, à atração de investimentos e ao fortalecimento da indústria, do comércio e dos serviços. O

Ministério participou de caravanas federativas, realizou atendimentos diretos a prefeitos e gestores municipais e integrou a Marcha dos Prefeitos, oferecendo orientações técnicas e institucionais sobre políticas públicas, programas e instrumentos de apoio do governo federal.

Ao longo do exercício, foram 478 demandas cadastradas e encaminhadas, sendo 363 provenientes de municípios, 36 de parlamentares e 56 da sociedade civil. Desse total, 168 demandas foram atendidas ou concluídas, incluindo 116 de municípios, 25 de parlamentares e 11 da sociedade civil. Essas ações reforçaram o diálogo federativo, ampliaram a capacidade de resposta do MDIC às demandas dos territórios e contribuíram para aproximar as políticas públicas das necessidades concretas da população.

## RESULTADOS DA ATUAÇÃO

- 42 Projetos de Lei prioritários monitorados;
- 18 Projetos prioritários transformados em norma jurídica (cerca de 43%);
- 78 aprovações de projetos prioritários em comissões e plenários;
- 243 parlamentares atendidos em audiências;
- 54 convites para participação do MDIC em audiências públicas no Congresso Nacional
- 56 Requerimentos de Informação respondidos ao Congresso;
- 30 Processos de sanção respondidos à SAJ/Casa Civil;
- 13 Indicações Parlamentares respondidas ao Congresso.

# INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



## 4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

Em 2025, manteve-se o modelo de gestão compartilhada com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em conformidade com a Medida Provisória nº 1.154/2023 e com a Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023. Nesse arranjo, a execução das atividades de suporte — administração patrimonial, orçamentária, financeira e material; gestão de pessoas; tecnologia da informação; contabilidade; e serviços gerais — permaneceu sob responsabilidade compartilhada, com vistas à otimização de recursos e à redução de custos administrativos.

### ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA DE 2025

O orçamento do exercício de 2025 foi estruturado nos seguintes grupos de despesa:

 **R\$ 218,7 mi**

DESPESAS DE PESSOAL E  
ENCARGOS SOCIAIS

 **R\$ 130 mi**

OUTRAS DESPESAS  
CORRENTES

 **R\$ 502,3 mi**

RESERVA DE  
CONTINGÊNCIA

 **R\$ 5,5 mi**

INVESTIMENTOS

As dotações destinadas ao pagamento das despesas obrigatórias de pessoal do MDIC foram consignadas no órgão orçamentário **28000 – MDIC**, permanecendo, entretanto, sob a gestão do MGI. O montante total alocado para Pessoal e Encargos Sociais somou **R\$ 218.793.432,00**, distribuído conforme tabela ao lado.

| ANO          | ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO  | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   | GRUPO DE DESPESA               | RESULTADO PRIMÁRIO                                     | DOTAÇÃO ATUAL      |
|--------------|---|--|--------------------------------|--|--------------------|
| 2025         | 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços | 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta | 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 0 - Financeira   | 23.188.350         |
| 2025         | 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços | 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta | 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP | 195.605.082        |
| <b>TOTAL</b> |   |  |                                |  | <b>218.793.432</b> |

## DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

O orçamento referente às despesas discricionárias do MDIC, considerando exclusivamente a Administração Direta, atingiu, em 2025, o montante de **R\$ 127.608.716,00** (dotação atual), a partir de uma dotação inicial na Lei Orçamentária Anual (LOA) de **R\$ 147.828.316,00**. A redução de **R\$ 20.219.600,00** decorreu, quase integralmente, dos contingenciamentos realizados ao longo do exercício.

Ainda assim, os recursos disponíveis permitiram assegurar a continuidade das atividades finalísticas e administrativas do Ministério, com aproximadamente 96% da dotação empenhada. As despesas com Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) mantiveram a maior participação entre as despesas correntes discricionárias, destacando-se os investimentos voltados ao aprimoramento e à manutenção do **Sistema Informatizado de Comércio Exterior (Siscomex)**.

De forma geral, a execução orçamentária de 2025 evidencia o comprometimento do MDIC com a adequada aplicação dos recursos públicos. A gestão foi conduzida com base em planejamento, controle financeiro e alocação estratégica de recursos, assegurando a continuidade das atividades essenciais do Órgão e contribuindo para o aprimoramento da infraestrutura e dos serviços prestados à sociedade.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O cenário fiscal observado em 2025 continuou a demandar medidas voltadas à racionalização e à otimização da execução orçamentária. A estrutura de gestão consolidada pelo arranjo colaborativo entre o MDIC e o MGI exige esforços permanentes de aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão compartilhada, de modo a assegurar maior eficiência na execução orçamentária e financeira.

Adicionalmente, permanece como prioridade o fortalecimento do alinhamento entre o orçamento e o planejamento estratégico do MDIC, com ênfase na integração entre metas institucionais e alocações orçamentárias. Tal abordagem visa não apenas à superação dos desafios orçamentários, mas também ao aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade da gestão pública.



## 4.2 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A Situação Patrimonial refere-se ao conjunto de **bens, direitos e obrigações** de uma entidade pública em determinado momento, sendo demonstrada no **Balanco Patrimonial (BP)**.

O BP oferece uma visão da posição financeira da entidade e da sua capacidade de honrar compromissos. Dessa forma, a análise patrimonial permite avaliar a **solvência, liquidez e sustentabilidade**, aspectos essenciais para o planejamento e a tomada de decisão no âmbito da administração pública.

QUADRO 1 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL

| ATIVO                         |                       | PASSIVO  |                       |
|-------------------------------|-----------------------|--|-----------------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 154.148.422,89        | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais | 18.059.274,52         |
| Imobilizado                   | 68.938.106,06         | Demais Obrigações  | 11.491.324,25         |
| Intangível                    | 17.095.938,45         |  |                       |
| Demais Créditos e Valores     | 11.799.345,09         |  |                       |
|                               |                       | <b>Passivo Exigível</b>                                  | <b>29.550.598,77</b>  |
|                               |                       | <b>Patrimônio Líquido</b>                                | <b>222.431.213,72</b> |
| <b>Total</b>                  | <b>251.981.812,49</b> | <b>Total</b>   | <b>251.981.812,49</b> |

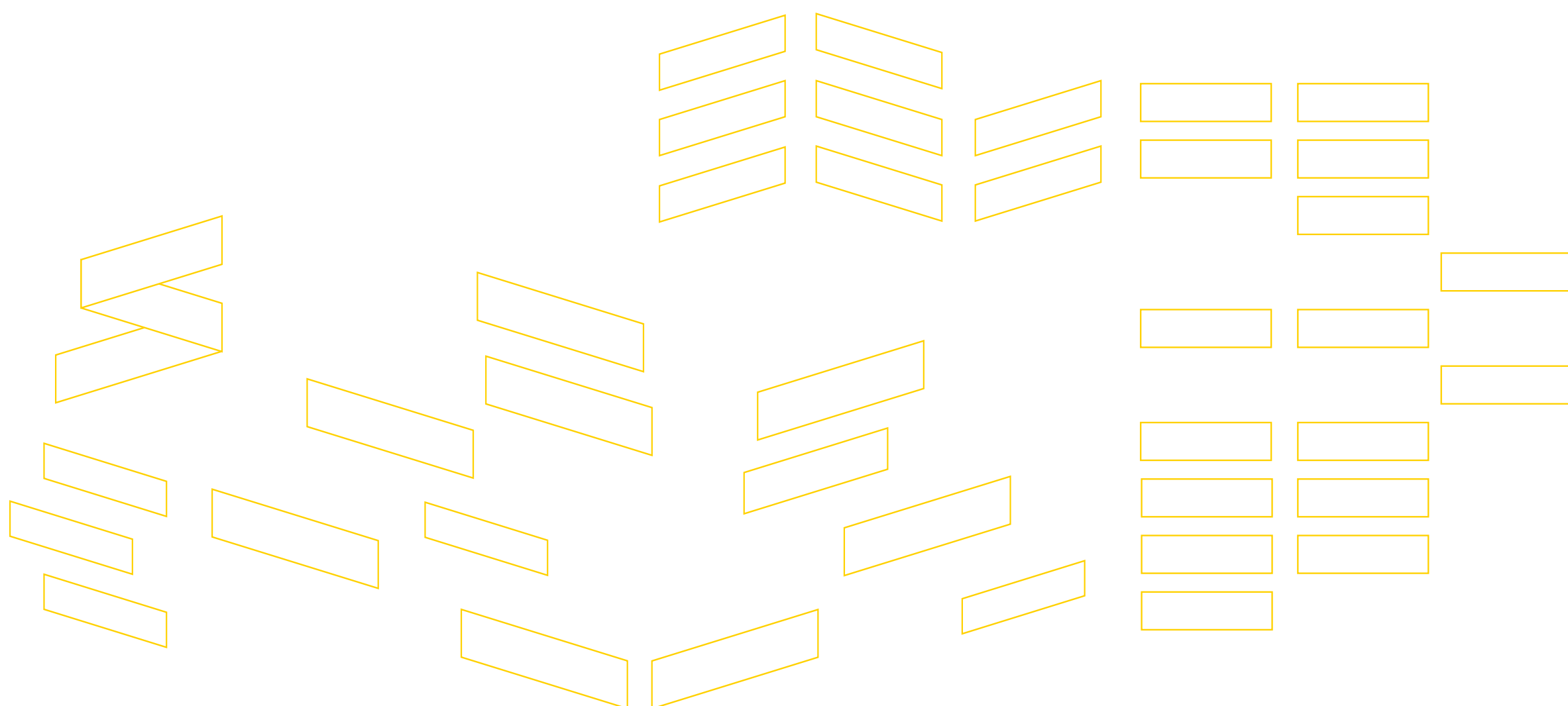
Fonte: SIAFI

## COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

**Ativo:** Recursos controlados pela entidade que podem gerar benefícios futuros. No MDIC, o ativo totaliza **R\$ 251,9 milhões**, sendo aproximadamente **61%** constituído pelo Caixa e Equivalentes de Caixa e **27%** pelo imobilizado (bens móveis e imóveis).

**Passivo:** Obrigações presentes da entidade, totalizando **R\$ 29,5 milhões**. Desse montante, aproximadamente **61%** referem-se a **obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais**, enquanto, **39%** correspondem a retenções, consignações e depósitos Judiciais e não Judiciais, classificadas no grupo **Demais Obrigações**.

**Patrimônio Líquido:** O MDIC apresenta Situação Patrimonial Positiva de R\$ 222,4 milhões, resultante da diferença entre o ativo e o passivo exigível. O Patrimônio Líquido decorre, majoritariamente, de resultados acumulados, incluindo o resultado do exercício e o resultado de exercícios anteriores.



## RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial representa a **variação na Situação Líquida Patrimonial** de uma entidade durante um período contábil, sendo apresentado na **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**.

O Resultado Patrimonial reflete o impacto das operações da entidade sobre seu patrimônio líquido.

Em 2025, o MDIC registrou um **déficit patrimonial de R\$ 6 bilhões** (despesas patrimoniais superaram as receitas). Os principais fatores que impactaram essa variação foram:

- **R\$ 2,5 bilhões:** Transferências concedidas
- **R\$ 1,13 bilhões:** Transferências recebidas
- **R\$ 1,5 bilhões:** VPA de Fatos Geradores Diversos

QUADRO 2 - RESULTADO PATRIMONIAL

|                                 | 2025                  | 2024                   |
|---------------------------------|-----------------------|------------------------|
| Varição Patrimonial Aumentativa | 2.887.392.872,25      | 2.103.765.620,87       |
| Varição Patrimonial Diminutiva  | 2.893.420.284,38      | 2.143.902.185,44       |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>    | <b>- 6.027.412,13</b> | <b>- 40.136.564,57</b> |

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa no setor público representa o saldo entre entradas e saídas de recursos financeiros em um determinado período.

Ela é apurada na **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** e reflete a capacidade da entidade pública de gerar caixa suficiente para cobrir suas despesas operacionais, investimentos e obrigações financeiras.

Em 2025, o MDIC apresentou **Geração Líquida de Caixa superavitária de R\$ 1 milhão**. Isso significa que ocorreu um aumento no saldo de caixa e equivalentes. Os principais fatores que impactaram essa variação foram:

- **R\$ 1,5 bilhões:** Receitas (ingressos).
- **R\$ 1,3 bilhões:** Transferências financeiras (ingressos).
- **R\$ 2,5 bilhões:** Transferências financeiras (desembolsos).

QUADRO 3 - GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

|                              | 2025                | 2024                  |
|------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Atividades Operacionais      | - 3.980.985,31      | 909.094.430,50        |
| Atividades de Investimento   | 4.986.218,15        | - 910.385.339,02      |
| Atividades de Financiamento  | -                   | -                     |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL</b> | <b>1.005.232,84</b> | <b>- 1.290.908,52</b> |

Fonte: SIAFI

## RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário, apresentado no **Balço Orçamentário (BO)**, reflete o confronto entre as **receitas e despesas orçamentárias** realizadas em um determinado período. Ele indica se a execução orçamentária resultou em **superávit ou déficit**.

Em 2025, o MDIC apresentou **superávit orçamentário de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão**, influenciado principalmente pelas **Receitas Correntes de R\$ 1,5 bilhão** realizadas no período.

QUADRO 4 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

|                               | 2025                    | 2024                    |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Orçamento corrente            | 1.272.764.627,85        | 591.061.486,90          |
| Orçamento de capital          | 4.986.218,15            | - 944.369.194,02        |
| <b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b> | <b>1.277.750.846,00</b> | <b>- 353.307.707,12</b> |

Fonte: SIAFI

## RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro é apresentado no **Balço Financeiro (BF)**. Ele é composto pelo resultado orçamentário, somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ao resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo restos a pagar).

Em 2025, o resultado financeiro do MDIC foi **superavitário de R\$ 1 milhão**.

QUADRO 5 - RESULTADO FINANCEIRO

|   | 2025                      | 2024                    |
|---|---------------------------|-------------------------|
| <b>Resultado Orçamentário</b>                   | <b>1.277.750.846,00</b>   | <b>- 353.307.707,12</b> |
| Receita Orçamentária                            | 1.571.783.666,15          | 891.244.257,71          |
| Despesa Orçamentária                            | 294.032.820,15            | 1.244.551.964,83        |
| <b>Resultado das Transferências Financeiras</b> | <b>- 1.195.814.312,69</b> | <b>372.797.065,84</b>   |
| Transferências Financeiras Recebidas            | 1.300.434.173,86          | 1.202.090.837,71        |
| Transferências Financeiras Concedidas           | 2.496.248.486,55          | 829.293.771,87          |
| <b>Resultado Extraorçamentário</b>              | <b>- 80.931.300,47</b>    | <b>- 20.780.266,43</b>  |
| Recebimentos Extraorçamentários                 | 40.548.025,56             | 82.617.729,03           |
| Pagamentos Extraorçamentários                   | 121.479.326,03            | 103.397.995,46          |
| <b>RESULTADO FINANCEIRO</b>                     | <b>1.277.750.846,00</b>   | <b>- 353.307.707,12</b> |

Fonte: SIAFI

## RESTOS A PAGAR

Os **Restos a Pagar (RAP)** representam despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro, sendo transferidas para pagamento no exercício seguinte.

### Classificação:

- **Restos a Pagar Processados:**  
Despesas liquidadas, mas ainda não pagas.
- **Restos a Pagar Não Processados:**  
Despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas.

### Importância:

- Permitem que despesas realizadas em um ano sejam pagas no ano seguinte, garantindo a continuidade de serviços e investimentos públicos.
- São monitorados para evitar acúmulo excessivo de obrigações sem cobertura financeira, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### QUADRO 5 - RESULTADO FINANCEIRO

| RPNP               |                    | INSCRITOS EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS            | LIQUIDADOS           | PAGOS               | CANCELADOS          | SALDO                |
|--------------------|--------------------|---------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Despesas Correntes | Pessoal e Encargos | -                               | 1.912.532,89         | 677.094,29           | 677.094,29          | -                   | 1.235.438,60         |
|                    | Outras Despesas    | 2.904.219,51                    | 15.295.798,92        | 4.541.087,97         | 4.540.953,31        | 2.510.935,70        | 11.148.129,42        |
|                    | <b>Subtotal</b>    | <b>2.904.219,51</b>             | <b>17.208.331,81</b> | <b>5.218.182,26</b>  | <b>5.218.047,60</b> | <b>2.510.935,70</b> | <b>12.383.568,02</b> |
| Despesa de Capital | Investimentos      | 2.483.707,08                    | 33.999.458,00        | 3.410.000,00         | 3.410.000,00        | 3.820.707,08        | 29.252.458,00        |
|                    | <b>Subtotal</b>    | <b>2.483.707,08</b>             | <b>33.999.458,00</b> | <b>3.410.000,00</b>  | <b>3.410.000,00</b> | <b>3.820.707,08</b> | <b>29.252.458,00</b> |
| <b>TOTAL</b>       |                    | <b>5.387.926,59</b>             | <b>51.207.789,81</b> | <b>8.628.182,26</b>  | <b>8.628.047,60</b> | <b>6.331.642,78</b> | <b>41.636.026,02</b> |
| RPP                |                    | Inscritos Exercícios Anteriores | Inscritos            | Pagos                | Cancelados          | Saldo               |                      |
| Despesas Correntes | Pessoal e Encargos | 6.905,82                        | 14.084.924,25        | 14.084.924,25        | 6.905,82            | -                   |                      |
|                    | Outras Despesas    | 47.998,06                       | 587.603,65           | 587.603,65           | 47.998,06           | -                   |                      |
|                    | <b>Subtotal</b>    | <b>54.903,88</b>                | <b>14.672.527,90</b> | <b>14.672.527,90</b> | <b>54.903,88</b>    | -                   |                      |
| Despesa de Capital | Investimentos      | -                               | -                    | -                    | -                   | -                   |                      |
|                    | <b>Subtotal</b>    | <b>-</b>                        | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>-</b>            | <b>-</b>            |                      |
| <b>TOTAL</b>       |                    | <b>54.903,88</b>                | <b>14.672.527,90</b> | <b>14.672.527,90</b> | <b>54.903,88</b>    | <b>-</b>            |                      |

Fonte: SIAFI



## MAIS INFORMAÇÕES

Informações contábeis do MDIC completas e detalhadas estão disponíveis nas **notas explicativas do 4º trimestre de 2025**, bem como nas **demonstrações contábeis trimestrais** publicadas no Portal do MDIC - [Demonstrações Contábeis](#).

# EXPEDIENTE TÉCNICO

## **SUBSECRETÁRIO DE SUPERVISÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO**

James Elias Júnior

## **COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

Patrícia Barreto Jacobs

## **PROJETO EDITORIAL**

Jaciele Neves Ferreira

Marcela Araújo Cruz

## **DIAGRAMAÇÃO**

Jaciele Neves Ferreira

## **PONTOS FOCAIS NO MDIC**

### **GABINETE DO MINISTRO**

Nilton Pereira de Castro Melo

Djaci Vieira de Sousa

### **ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO**

João Gabriel Miranda Alves Pereira

Erica Nathair Santos Ferraz

### **ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Adriana Maria de Sousa Nogueira

João Paulo Soares

## **ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES E FEDERATIVOS**

Viviane Cristina de Oliveira

Priscila Martins Vidor

## **ASSESSORIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE**

Luziléa Cavaignac Ribeiro

Giovanna Maria Limeira Rodrigues Ortiz

## **ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

Euler Rodrigues de Souza

Flávia Andrade Mattar Furtado

## **CONSULTORIA JURÍDICA**

Marcos Henrique Oliveira Andrade Gois

Nathalia Karoline Carvalho Maia Vale

## **CORREGEDORIA**

Murilo de Mello Campos

João Paulo Moreira de Freitas

## **OUVIDORIA**

Herika Christina Amador Chagas

Adriano Monteiro da Silva Pereira

## **SUBSECRETARIA DE SUPERVISÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO**

Cláudia Lins da Rocha

Daniele Beche

Deborah Haydée Ramon e Barros Ferreira

Elis Carvalho Pena

Goudim Alvarenga Carneiro

Tiago Santana Nascimento

Victor Maselli Neto

## **SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

Célio Luís Paulo

Silvana Maria Amaral Silveira

## **SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO**

Luciana Miranda e Silva

Gustavo Noriaki Nagy

## **SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR**

Rodrigo Lamego de Teixeira Soares

Isabella Maria Pereira de Ávila

## **SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR**

Rafael Arruda de Castro

Juliana Maria de Almeida Barros

## **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Petersana Lopes Pereira Dorsa

Giovana Carolina de Resende Pinto

## **SECRETARIA DE ECONOMIA VERDE, DESCARBONIZAÇÃO E BIOINDÚSTRIA**

Tatiana Severino de Vasconcelos

Ramon Gustavo Santos Garcia

## **SECRETARIA DE COMPETITIVIDADE E POLÍTICA REGULATÓRIA**

Jeovan Assis da Silva

Ediane Cardoso Dourado

Rafael Moreira de Aguiar

Luciano do Rego Silva

Juliana Ghizzi Pires

Vivianne Cardoso Banasiak

MINISTÉRIO DO  
**DESENVOLVIMENTO,  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO  
E SERVIÇOS**

